

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

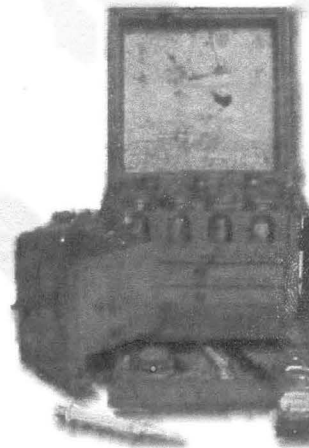
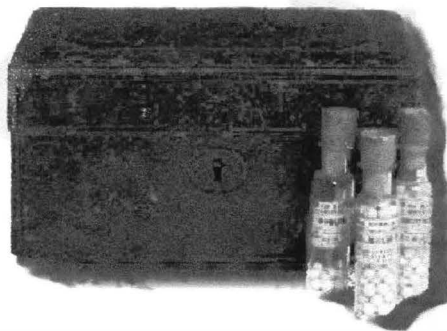
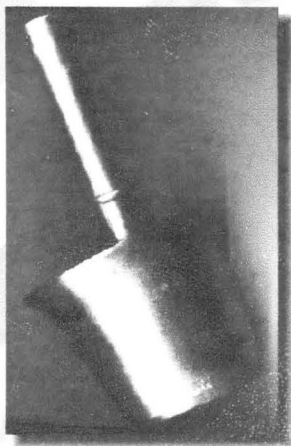
O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

DORIAN ERICH DE CASTRO



ENTRE O SABER MÉDICO POPULAR E A ALOPATIA:
ASTÚCIAS E PERSISTÊNCIAS
UBERLÂNDIA
1900/1930



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Minas 1)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N



UNIVERSIDADE FEDERAL
INSTITUTO DE H
Dezembro/2

1384

1465^{S.9}(e)

DORIAN ERICH DE CASTRO

ENTRE O SABER MÉDICO POPULAR E A ALOPATIA:

ASTÚCIAS E PERSISTÊNCIAS

UBERABINHA - 1900/1930

MONOGRAFIA DESENVOLVIDA PELO
GRADUANDO **DORIAN ERICH DE CASTRO**
SOB A ORIENTAÇÃO DA **PROF. DR. MARIA
CLARA TOMAZ MACHADO DO INSTITUTO
DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE UBERLÂNDIA** COMO PRÉ-REQUISITO
PARA OBTENSÃO DO TÍTULO DE **BACHAREL
EM HISTÓRIA.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA COMS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

Uberlândia, dezembro/2000

1.465

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estão presentes, direta ou indiretamente neste trabalho. Não é fácil à medida em que são inúmeras as pessoas que contribuíram em minha formação e que, no entanto, não podem constar nessas páginas. Mas, com certeza, estão, e estarão sempre presentes em minha memória. Não poderia, porém, deixar de citar aqueles que estiveram muito presentes nesses últimos dois anos.

Agradeço, então:

Aos meus irmãos Delmiro Jr., José Eloy e Aristóteles por serem exemplos de amizade e solidariedade;

Aos meus pais Delmiro e Dirce por toda sua dedicação e apoio;

À “galera” do “Kandum” por compreenderem a importância desse trabalho para mim, e pela paciência que tiveram nesses últimos meses uma vez que não pude ter disponibilidade para “tirar” as músicas com o mesmo empenho de antes;

Ao pessoal do Projeto Caminho das Pedras Iara, Rodrigo e Geraldo com quais, nos últimos dois anos, comunguei do crescimento intelectual;

Aos amigos, Heleno Felice, Josué, Mauro, Clebston, Aurilo e norma pelas discussões e por eles acreditarem que o debate seja uma maneira de crescer intelectual e humanamente;

Aos funcionários do CDHIS e do Arquivo Público Municipal por dispensarem a mim toda a atenção necessária para a realização desse trabalho;

À PAPEMIG pelo apoio financeiro que me possibilitou uma mior dedicação a meus estudos.

Agradeço, especialmente, à Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Puga de Souza pela minha primeira experiência como pesquisador institucional;

Nesta Jornada, duas pessoas foram de fundamental importância: Prof^ª. Ms Rosa Maria Ferreira a quem devo os primeiros passos na pesquisa histórica e a Prof^ª. Dr^ª. Maria Clara que com muita paciência vem me ensinando o rigor, a seriedade e o compromisso do historiador para com a sociedade. Além de competência e profissionalismo, elas compartilham da crença de meus pais de que a educação possa transformar as experiências pessoais e sociais;

De maneira especial, agradeço à minha esposa Rosália e a meu filho Luiz Otávio pela compreensão de minha ausência e pelo companheirismo.

DEDICATÓRIA

Dedico Esse Trabalho à Carolina G. de Castro, minha “Mãe Carolina”, que me ensinou que o conhecimento não está somente nos livros e na academia, mas também nas astúcias do cotidiano.

Dedico também aos meus pais Delmiro e Dirce por serem literalmente crentes, em que a educação possa transformar a realidade social que vivemos, possibilitando a construção de um mundo melhor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I	
UBERABINHA: DESVELANDO UMA OUTRA HISTÓRIA.....	07
CAPÍTULO II	
ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: A DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS PELA CIÊNCIA.....	31
CAPÍTULO III	
NA CONJUNÇÃO DA CIÊNCIA E DO SABER POPULAR: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
FONTES.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

ROSA MARIA FERREIRA

LEILA REGINA SCALLIA GOMIDE

ORIENTADORA

MARIA CLARA TOMAZ MACHADO

INTRODUÇÃO

A questão da medicina é um tema recorrente em nossa sociedade, quase que diariamente os noticiários o trazem em suas reportagens, dando grande ênfase aos avanços das pesquisas médicas.

Apesar dos grandes investimentos governamentais e privados na saúde, esta mercadoria não é socialmente utilizada por todos os sujeitos presentes nas relações sociais. Mesmo hoje, às portas do terceiro milênio, quando parece não haver barreiras para o desenvolvimento científico e tecnológico, e se presencia clonagens e transplantes permeia, ainda, o tecido social práticas médicas “rudimentares” que, arraigadas pela fé e esperança, se contrapõem à lógica racional médica.

Ao andar pelas ruas da cidade de Uberlândia, é possível observar os trabalhadores do mercado informal que, através de estratégia e criatividade (verdadeiras artimanhas de sobrevivência), conseguem se inserir no mercado de trabalho. Entre estes profissionais, curandeiros e benzedeiras estão inseridos no contexto social, e são a prova de que não existe somente um método de cura.

Dentro do projeto “Caminho das Pedras – Roteiro Das Fontes Documentais em Uberlândia: Discursos Políticos Da Ordem e Das Resistências – 1900/1980“, FAPEMIG tomamos conhecimento dos discursos políticos das elites locais – estes, embasados no cientificismo e positivismo, tentaram impor às classes populares, valores, normas e condutas, forjando uma sociedade ordeira, disciplinada e progressista.

Dentro da documentação arrolada por este Projeto do qual fizemos parte como bolsista de iniciação científica, vislumbramos a viabilidade de se trabalhar a temática em questão, não só pelas riquezas das evidências, mas também pelo ineditismo da abordagem.

A automedicação é um assunto polêmico na sociedade brasileira como um todo, e se faz amplamente presente no nosso cotidiano. É muito comum vermos pessoas leigas indicarem receitas “infalíveis” de chás, acompanhados por diversos comprimidos, ou sugerir remédios que somente poderiam ser receitados por um médico. Este fato está tão presente no cotidiano popular, que já se transformou em chavões do tipo “se não matar engorda”, “de médico e louco todo mundo tem um pouco”, “se não curar, também não mata”.

Mesmo hoje, às portas do terceiro milênio, quando parece não haver barreiras para o avanço científico e tecnológico, o problema da automedicação é uma constante, caminhando, talvez, a passos tão largos quanto os passos da ciência farmacológica. Ao lado do desenvolvimento de drogas cada vez mais eficazes no tratamento de diversas doenças, aliadas à medicina moderna com sua tecnologia de ponta, existe um outro tipo de “medicina”, eminentemente popular que, não sem tensão, convive com aquela.

Este “saber médico”, que se apóia em tradições populares, ultrapassando a automedicação pura e simples, possui seu exemplo mais concreto nos sem números de raizeiros, farmacêuticos naturais, curandeiros e benzedeiros que estão presentes em praças, ruas, feiras ou pontos comerciais, receitando remédios ou simpatias capazes de curar “todos os males”.

É ~~este~~ presente que vivemos, ao mesmo tempo contraditório, complexo e inusitado que nos inspira a revisitar o passado, questionando-o quanto à tensão entre o saber científico e o saber popular. Apesar da força arrasadora da modernidade, o segundo conseguiu sobreviver ao primeiro. Assim, em nossa pesquisa, nos propomos a buscar os contornos das relações entre esses saberes, bem como suas implicações mais amplas.

Uberlândia, no decorrer dos seus 112 anos, viu construir em torno de si, uma imagem de cidade progressista, originada pelas elites locais e que se dissemina

ideologicamente por todo o corpo social. A história dessa cidade oferece uma gama de projetos políticos, sem dúvida elitistas, voltados para o seu desenvolvimento e que possuem como cerne, primeiro a construção depois a manutenção daquela imagem progressista. O discurso ideológico que explicita a imagem da “cidade progresso” descreve-a como um modelo a ser seguido, no qual vivem pessoas ordeiras, honestas e trabalhadoras, capazes, assim, de “viabilizar” o seu progresso. Portanto, na cidade de Uberlândia, conforme o discurso dominante, não há lugar para a pobreza, a miséria, e todos os outros males gerados por ela, sendo “impossível” reconhecê-las neste “paraíso” de vocação “ordeira e progressista”.

No intuito de se “concretizar” o progresso da cidade, as elites locais lançam mão de uma série de expedientes, como, por exemplo, a disciplinarização do espaço urbano, ocultando e discriminando suas contradições sociais relegando os mendigos e desvalidos, com seus corpos cobertos de feridas, à periferia da cidade, regulamentando o “exercício da mendicância”, tornando-a, por isso, impotente enquanto ameaça social, seja pelas leis (Códigos de Postura do Município), pela filantropia, ou pela repressão policial⁽¹⁾. No entanto, o discurso médico também vai ser fundamental para disciplinar a sociedade, se constituindo em um dos pilares sobre os quais se ergue, em termos ideológicos, o projeto de desenvolvimento e progresso para Uberlândia.

Dentro do projeto político burguês, tanto as práticas políticas como os discursos médicos e morais se constituíram em fórmulas de dominação; os discursos morais, embasados no cientificismo médico, foram utilizados com o objetivo de criar imagens e padrões, além de tentar forjar uma consciência higiênica na população.

¹ MACHADO, Maria Clara Tomaz. A DISCIPLINARIZAÇÃO DA POBREZA NO ESPAÇO URBANO BURGUEZ: ASSISTÊNCIA SOCIAL INSTITUCIONALIZADA. (UBERLÂNDIA 1965-1980). Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP/FFLCH, 1990. p. 47-75.

Neste sentido, percebe-se, pelo menos nos discursos das elites dominantes, que nesta cidade não há lugar para a pobreza e todas as mazelas geradas por ela, como por exemplo, as doenças. No entanto, o discurso disciplinador burguês de ordem e progresso, de repúdio à ociosidade, apóia e também encontra respaldo no discurso médico, por sua vez legitimado pela “neutralidade” da ciência, prestando-se, na verdade, como um instrumento de dominação de classe. O discurso médico, embasado na ciência, assim, reproduz ao mesmo tempo em que legitima, o discurso progressista, a ponto de sinonimizar “pobreza e doença”.

Entretanto, por trás e nas entrelinhas do discurso que nega a pobreza, que combate à doença derivada daquela, percebe-se uma tensão tão latente quanto aguda entre a “ciência” e o “saber” popular. Este último, segundo aquele discurso, não concorreria de forma positiva para anular doenças que deveriam ser tratadas com prevenção, profilaxia e medicamentos alopáticos, tais como anemia, opilação, vermes, doenças venéreas, entre outras. Para tanto, corpos saudáveis e aptos ao trabalho seriam possíveis a partir da adoção dos preceitos médicos. Neste sentido, pobreza não conjuga com preguiça.

Esta cidade, que se desenvolveu sob os preceitos da ordem e progresso, no qual se percebe o ranço do pensamento positivista, legitimado pelo discurso médico científico com sua pseudoneutralidade, tenta forjar uma consciência higiênica no povo, com o intuito de excluir do contexto social práticas curativas desviantes da norma médica institucionalizada, como também contribui de maneira fundamental para instituir os valores da sociedade do trabalho, bem como justificar a exclusão social.

Trata-se de um saber popular, tradicional, e que é belicosamente perseguido enquanto “crendice, provincianismo e charlatanismo”, enfim, o império do progresso pressupõe erradicar uma mentalidade provinciana e arcaica, “a verdadeira responsável” pela pobreza e pela doença. Deste modo, se existem mazelas no interior da sociedade, estas

são de “inteira responsabilidade” daqueles que as sofrem, eliminando no campo do discurso, qualquer conflito social. No entanto, através desse mesmo discurso, o conflito é perceptível, revelando uma sociedade no mínimo convulsionada, e um “populacho” que se rebela através das mais diversas formas. Neste sentido, o saber popular e a persistência de tradições são uma das provas mais vivas de que o projeto de desenvolvimento com o seu aparato “repressor” , encontrou (e encontra) resistências das camadas populares, não se constituindo, portanto, em um projeto “plenamente vencedor”, se nos propusermos a observar “outros aspectos” daquela batalha.

Para tanto, ao dar os primeiros passos na direção de se desvendar as relações entre estes saberes, tentamos reconstituir minimamente a institucionalização do saber médico local que se presencia desde o início do século, como demonstram os jornais A Tribuna, Progresso, Paranyba, e se inicia sua consubstanciação, a partir da inauguração do primeiro Hospital Regional- fruto da política Vargas- o que justifica o nosso corte cronológico.

Vale a pena aqui ressaltar a relevância do tema, devido às inúmeras obras produzidas no que tange a questão da saúde e políticas públicas de saúde no Brasil. Contudo, não há trabalhos nesta temática sobre Uberlândia e muito menos sobre a institucionalização do saber médico e a sua relação com o saber popular . Neste sentido, achamos de extrema importância desvendar estas relações de poderes, a fim de registrar nas páginas da história desta cidade a trama que ainda está por ser revelada.

Em nossa pesquisa, buscamos trilhar os caminhos da história cultural, o que nos deu subsídio para resgatar o papel das classes sociais e dessas estratificações, e mesmo do conflito social, características que, sem dúvida, a distingue da história das mentalidades,

não nos limitando a descrever o cotidiano das relações sociais, mas percebendo nas crenças populares as resistências e recusas.⁽²⁾

Neste trajeto, Foucault nos possibilitou travar um diálogo com diversos autores no que diz respeito às questões pertinentes as institucionalizações. Patricia O'brien nos aponta que é possível trabalhar Foucault como um dos autores da história cultural porque o poder/saber se apresenta como uma faceta do poder/cultura. Ainda a autora nos afirma que *uma das contribuições conhecidas de Foucault adotada por vários dos novos historiadores culturais, encontra-se na importância que ele atribuiu à linguagem/discurso enquanto meio de aprender as transformações. A linguagem/discurso teve o seu maior impacto no estudo das instituições, em especial o asilo e a prisão, mas ainda conserva o potencial para aplicações mais gerais.*⁽³⁾

A partir dessas considerações, tentamos estabelecer uma outra representação da história local .

No primeiro capítulo, tentamos traçar uma outra representação da história local desvinculada da história oficial, buscando perceber as transformações medico-sanitárias no interior da sociedade.

No segundo capítulo, procuramos compreender as representações e práticas que envolviam o desenvolvimento da medicina, como os mecanismos institucionais que buscaram legitimar a prática alopática.

Tentamos no terceiro capítulo, compreender como foi construído os signos que legitimassem as práticas médicas institucionalizadas e as formas de resistência a estas.

São as questões sobre as quais pretendemos discorrer a seguir.

² VAINFAS, Ronaldo. Da história das mentalidades à história cultural. In.: **REVISTA HISTÓRIA**. São Paulo: UNESP, vol. 15, 1996. p.135.

³ OBRIEN, Patricia.. A História da Cultura de Michel Foucault. In: **A Nova História Cultural**. P.59.

Página não encontrada no original.

CAPÍTULO I

UBERABINHA: DESVELANDO UMA OUTRA HISTÓRIA

Em meados da segunda metade do século XIX, no coração do Brasil Central às margens do rio São Pedro de Uberabinha, se constituía um pequeno arraial, que levava o nome das águas que o circundava. Já no ano de 1846, o arraial, pertencente à cidade de Uberaba, consistia em um aglomerado de rústicas habitações, distantes umas das outras, com uma esparsa população estimada em torno de dois mil habitantes.

Cônego Pezzuti assim descreve as características dos primeiros sujeitos sociais que por aqui abarcaram:

(...) População em geral pobre, mas muito laboriosa ambiciosa de melhorar, bastante coesa pelos tempos, que se vinha progressivamente alastrando pela zona, esboçando o núcleo de uma nova aggremação social e civil, que o tempo amalgou e tornou próspera e forte.⁽⁴⁾

Através da fala deste memorialista, se percebe o “conto de fadas” do mundo burguês, vinculando o “destino” da história da cidade ao trabalho, riqueza, prosperidade e progresso; estas são expressões recorrentes na história oficial, que omitem os conflitos e as resistências presentes no cotidiano desta “laboriosa” população descrita por Pezzuti, que, de acordo com o autor, desde muito cedo absorve os valores das elites locais, como trabalho e progresso.

O discurso progressista se fez presente em todos os setores da sociedade, determinando comportamentos e condutas, organizando o espaço urbano e reprimindo valores contrários à ótica da modernidade. Neste sentido, Rodrigues nos aponta que (...)

⁴ Pezzuti, Cônego Pedro. MUNICÍPIO DE UBERABINHA. HISTÓRIA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ECONOMIA. Uberabinha, 1922.p.12

ele,[o progresso] ao nortear os princípios fundantes do desenvolvimento do município, adentrou lares, inquietou partidos políticos, permitiu conchavos, estreitou interesses e produziu discórdias(...).⁽⁵⁾

Para compreensão deste discurso de ordem, progresso, trabalho e disciplina, ainda presente no dia a dia quase todas as camadas sociais, perpassando mais de um século, se faz necessário, sua contextualização. O desenvolvimento desta localidade acontece em um período um tanto particular na história do Brasil, quando as práticas e relações capitalistas de trabalho e produção estão se consolidando no país. É um período de transformações políticas e culturais que modificam em “muito” as relações sociais no campo e na cidade, uma vez que o trabalho assalariado passa a ser introduzido no território nacional posteriormente às idéias e ideais positivistas que amadureciam em meio às elites sociais. Este jogo de interesses culminaria em fins do século XIX com a proclamação da República, trazendo consigo propostas de uma nova sociedade, projetada e organizada pela ciência. Este pensamento serviu não só enquanto arcabouço ideológico para as ações políticas, mas, sobretudo, enquanto ideal e projeto sócio- cultural para a nação, como se evidencia em nosso “maior símbolo pátrio”, o lema positivista ordem e progresso; neste sentido ordem seria o meio e o progresso a finalidade para a sociedade.

Machado nos aponta que esta proposta política tinha como sustentação o trabalho e a racionalidade, que poderiam possibilitar todo o progresso econômico, também inseridas nessas articulações a ordem seria o mecanismo que viabilizaria a trajetória para a modernidade, solucionando todos os problemas sociais. Esta proposta reivindicava uma série de projetos políticos que pressupunham o desenvolvimento econômico e a elaboração de códigos e leis que alinhavassem um espaço urbano disciplinarizado.

⁵ RODRIGUES, Jane de Fátima. Nas Sendas do Progresso: trabalho e disciplina Uberlândia um percurso histórico. In: **CADERNOS DE HISTÓRIA ESPECIAL**. Uberlândia/UFU, vol.4, n.4, 1993. p.12.

Esta autora nos revela que (...) *autoritarismo e tutela que, disseminados, penetram por todos os poros da sociedade burguesa, construindo uma moral do dever e da honra, através da obediência a um código pelo qual só aqueles inseridos formalmente no mundo do trabalho, como trabalhadores efetivos, podem ser dignos do respeito.*”⁽⁶⁾

Torna-se ainda de muita relevância observar a leitura que a autora faz de Galvão, demonstrando a positivação do trabalho em nossa sociedade⁽⁷⁾, como também a introjeção de novos valores como a importância da venda da força de trabalho (...), no entanto, *progresso pressupõe, também, participação política, o que, necessariamente, condiciona-se à construção de uma certa forma de democracia que, através da institucionalização da igualdade jurídica, escamoteia e dificulta a compreensão da origem da desigualdade social.*⁽⁸⁾

Neste contexto Uberabinha se desenvolve e as elites locais se apropriam deste conceito de progresso, reelaborando-o e o redefinindo de acordo com as condições e interesses locais, como podemos observar nos jornais de época, memória oficial desta localidade, que nos proporciona uma série de argumentos que evidenciam os preceitos, metas, valores capitalistas como evidencia a Tribuna de 1923 no artigo intitulado: “Surto Industrial”.

“(...) Povo de Uberabinha!

Fundamenta-se hoje o vosso progresso.

A vossa vida de ontem já não será a mesma de amanhã. Hoje qualquer coisa quebrou a monotonia costumeira de vosso viver- a Indústria.

⁶ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A DISCIPLINARIZAÇÃO DA POBREZA NO ESPAÇO URBANO BURGÊS: ASSISTÊNCIA SOCIAL INSTITUCIONALIZADA.(UBERLÂNDIA 1965/1980).** Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP/FFLCH, 1990. p.34

⁷ SALLES, Iraci Galvão. **TRABALHO, PROGRESSO E A SOCIEDADE CIVILIZADA.** São Paulo: Hucitec, 1986.

⁸ MACHADO, Maria Clara Tomaz. 1990. Op. cit., p.35.

Ela piza o vosso solo querido insinuado por meu pai. Portanto esse vosso contentamento é augmentado de seu jubilo.

Jubilo por ver a sua aspiração, tanto trabalhada se realizando. Trazer-vos pelo braço o progresso.(...) êsse progresso hoje apenas material, amanhã vós entra-rá o progresso moral.(...)⁽⁹⁾

Como observamos no artigo acima, o progresso nesta localidade se apresenta nos discursos como se fosse uma lenda messiânica fadada a se concretizar, dirigido pela classe dominante, mas almejado por todos. Nesta corrida ao eldorado do progresso, seria necessário introjetar na população local- que era vista pela elite dominante como arcaica, provinciana, atrasada e desprovida dos valores da sociedade capitalista- novos hábitos e costumes a fim de adequá-la à “moderna” cidade, pois como afirma o discurso acima, o progresso moral e material são pares indissolúveis, para tanto, seria necessário aos dirigentes deste projeto fazer uso de mecanismos que transformassem o cotidiano popular.

No intuito de se “concretizar” o progresso a elite local lança mão de uma série de expedientes, como a disciplinarização do espaço urbano através da polícia dos costumes e dos Códigos de Posturas (1903 e 1912), apresentando-se sob forma de disciplina do social, mas que, no entanto, objetivava impor a ordem burguesa, conforme Machado nos demonstra (...) *A batalha moral contra os costumes e a cultura popular se evidencia nas leis que reprimiam o jogo, a mendicância, a prostituição, o roubo, definindo por sua vez, o que era lícito e ilícito, e quais deveriam ser os novos padrões de decoro urbano.*⁽¹⁰⁾

Além dessas práticas coercitivas as imagens tecidas nos discursos foram fundamentais para a manutenção da mítica do progresso, como se observa ainda, no jornal a Tribuna de 1919, em que este se evidencia como sina e caminho para o desenvolvimento.

⁹ **A Tribuna**. Uberabinha, 25/11/1923, anno V n.219,s/p.

¹⁰ MACHADO, Maria Clara Tomaz. 1990. Op. cit., pp. 48-49.

(...) Continuam muito animadas as construções nesta cidade. Em quasi todas as ruas erguem-se novos e elegantes prédios, attestadores do nosso bom gosto. Apesar da alta extraordinária dos materiais e da excessiva carestia de mão-de-obra, em todas as imposições de operários nunca se construiu tanto em Uberabinha, como este anno.

(...)Bendicta pois em todo caso, essa febre que nos agita continuamente na jornada do progresso.⁽¹¹⁾

Corroborando esta idéia Rodrigues nos aponta que em princípios deste século em Uberabinha a experiência de (...) *um fluxo migratório a demandar novas residências. Os jornais de época falam da crise habitacional, em virtude da falta de casas de aluguel ou mesmo de mão de obra para a construção civil.* ⁽¹²⁾

Sob a égide desse discurso da ordem e do trabalho, forjou-se o imaginário social de seus habitantes e com tal fim foram criadas normas e leis que almejavam uma sociedade disciplinada, regulada e vigiada, como se evidencia nos Códigos de 1903 e 1912. Mesmo assim, (...) *a despeito de uma regulamentação expressa em lei, buscando a disciplinarização e eugenia do espaço urbano, Uberlândia conhece desde o início do século, a falta de moradia, aluguéis exorbitantes, alto custo de vida e greves. (...) já nas primeiras décadas deste século, o problema da falta de moradia tem como causa o embrião especulativo que se formava em torno de imensos vazios urbanos.*⁽¹³⁾

No entanto, não é possível crer que estas propostas para a sociedade foram plenamente vencedoras sem conflitos ou resistências por parte das camadas populares, ou que estas novas relações imprimiram valores culturais no cotidiano citadino, modificando por completo as relações sociais, existentes.

¹¹ **A Tribuna**. Uberabinha, 02/11/1919, anno I, n.8. p.01.

¹² RODRIGUES, J. Fátima. Op. cit., 1996.

¹³ MACHADO, M.C. Tomaz & RODRIGUES, J. Fátima. Habitação; um dos maiores problemas sociais de Uberlândia. In: **BOLETIM CDHIS**, Uberlândia, UFU, n.11, ano 7, 1994.

A memória oficial ao afirmar os valores e preceitos capitalistas e/ou positivistas forjados pelos discursos de época, pretende criar uma identidade social que escamoteia a realidade. Seja no passado ou em nosso presente, nega-se, nesta cidade, que haja ou tenha ocorrido conflitos de classe ou exclusões sociais, prevalecendo as representações de labor e progresso.

Esta é a imagem que a memória oficial privilegiou e fez permanecer em silêncio, relegadas ao esquecimento, outras memórias ou representações de mundo que não condiziam com ideário burguês e/ou positivista, como verificamos em memorialistas como Cônego Pezzuti, Tito Teixeira, ou Antonio Pereira.

De acordo com Além, a memória histórica dominante é (...) *produzida por segmentos de intelectuais muito próximos do poder (...) ela (...) se repete sistematicamente, através de categorias fetichizadas como trabalho, progresso, comunidade, cidade futuro e outras, independente da diversidade ideológica que possam ter os produtores da memória local. De um angulo sociológico, as fontes históricas e seus intérpretes são quase sempre os mesmos, permanecendo caladas diversas memórias coletivas e individuais importantes.*⁽¹⁴⁾

Neste sentido, buscar resgatar sujeitos históricos desvinculados das elites sociais, e suas práticas cotidianas, se constitui em uma tarefa um tanto difícil e desencorajadora, mas, por outro lado, se apresenta um tanto intrigante e desveladora. Guinzbug nos alerta que procurar resgatar práticas culturais e sujeitos históricos dados enquanto pessoas comuns é por demais difícil, no entanto, não impossível, uma vez que seus registros se dão pela oralidade ou por objetos e fontes escritas, que nos chegam como filtros intermediados por

¹⁴ ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. In: **HISTÓRIA & PERSPECTIVAS**, Uberlândia: UFU, 1991, n.04, p.79.

algum sujeito histórico ligado a elite social, que não vivencia intensamente o mundo cultural das classes subalternas.

Ainda este autor nos aponta algumas perspectivas de análise, para que se resgate sujeitos sociais excluídos da memória oficial, o que nos possibilitaria redescobrir uma “outra sociedade” com valores e práticas culturais divergentes da história oficial, bem como o fluxo e o refluxo de idéias, conhecimento e valores implícitos nestes patamares culturais.⁽¹⁵⁾

Desta forma, ao analisarmos a obra de Pezzuti, não podemos deixar de evidenciar que este autor está intimamente ligado às elites dominantes e que vive num contexto histórico em que o país está ensaiando sua industrialização. Só assim conseguimos compreender as conotações de progresso em sua obra vislumbrados nas diversas atividades manufatureiras por ele compreendidas como “industriais” ou nas imagens de casarões imponentes, e perspectivas de um novo tempo.

Neste trabalho não objetivamos corroborar esta imagem progressista, mas sim questioná-la descrever e problematizar algumas práticas culturais e o cotidiano popular de Uberabinha e, para este fim, procuramos fazer uma releitura da obra de Pezzuti entre outros memorialistas, assim como da documentação disponível traçando uma outra representação desta cidade.

Como toda pequena localidade que se iniciava no interior do Brasil Central após a segunda metade do século XIX Uberabinha não tinha um planejamento, as modestas habitações de adobe seguiam como traçado às curvas do rego d'água da servidão pública. Numa perspectiva geográfica, neste período e por boa parte do século XX ainda era difícil perceber os limites entre o campo e o pequeno burgo, imaginemos assim em termos

¹⁵ Cf. GUINZBURG. Carlo. *O QUEIJO E OS VERMES*. São Paulo: Cia das Letras, 10 ed, 1991. pp.15/35.

culturais. No entanto, Soares⁽¹⁶⁾ nos coloca que Uberabinha em princípios deste século já possuía alguns serviços urbanos como escola pública, estação telegráfica, praça, entre outras benfeitorias, que objetivavam atender aos interesses da população.

Porém, pelas fotografias de época se percebe os contrastes do mundo rural em que carros de boi, carroças d'água puxadas por burricos, rego d'água correndo pelas ruas da cidade se contrapunham à organização e modernidade desejada.

Segundo Pezutti, os primeiros habitantes mantinham uma relação assídua com a freguesia de Sant'Anna do Rios das Velhas (atual Indianópolis), preferiam esta localidade à Uberaba devido a sua distância. Era em Sant'Anna que realizavam seus negócios, compravam índios e frequentavam as festividades. Em busca desses recursos, entre outros, mulas, cavalos e carros de boi - com um intenso rangido identificado como cantar- eram os meios de transportes que acompanhavam homens, mulheres e crianças em demoradas jornadas na busca de provimentos que não estavam à disposição no desprovido lugarejo. Era na freguesia mais próxima que procuravam o sal e as ferramentas. Quando ervas, “garrafadas” e benzeções não solucionavam as aflições dos moradores, estes seguiam rumo a este povoado em busca de alguma sangria ou outro recurso expediente não disponível em Uberabinha.

No período em que este lugarejo é levado à categoria de freguesia (1857/1888), a saúde dos Uberabinhenses estava nas mãos de Pintão, assim, era conhecido o “médico” oficial da cidade, Antonio Maximiniano Ferreira Pinto, que trabalhava como boticário, cirurgião e mestre escola. A população local não estava preocupada com a especialidade do profissional de saúde ou que os seus procedimentos de cura fossem subsidiados pela ciência. Neste período e em meados do século XX, podemos perceber que, devido a

¹⁶ SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: anotações sobre seu crescimento urbano. In: **CADERNOS DE HISTÓRIA ESPECIAL**. Uberlândia:UFU, vol.4, n.4, 1993. p.51.

carência de recursos médicos, bem como a relação de solidariedade com os pacientes, estes profissionais populares de cura obtinham das camadas subalternas legitimação e aceitação, como averiguamos no caso a ser narrado, que nos leva a acreditar que ervas, benzeções, mesinhas e “preparados”, entre outros métodos de cura elaborados em experiências empíricas, eram uma constante no universo cultural popular.

Conforme o autor, declarada a Guerra do Paraguai, Uberabinha deveria fornecer homens às tropas do exército nacional, porém, quando se realizou a primeira chamada dos convocados estes eram maciçamente liberais; no entanto, em uma articulação política é revogada a convocação sendo posteriormente realizada uma outra, em que os nomes dos conservadores a compunham em sua grande maioria. Esta manobra política representou uma vitória dos liberais sobre os conservadores que foram obrigados a se embrearem pelas matas ou comprarem escravos para substituí-los.

Pintão e padre Almas tidos como representantes do Partido Liberal foram responsabilizados pelo resultado da contenda, por este motivo sofreram represálias e ameaças. Para por fim a este conflito sem maiores prejuízos à localidade, os conservadores declaravam que: *(...) para substituir ao padre Almas na igreja e ao Pinto na medicina – assoalhavam os conservadores, bastaria um só homem – o padre Joaquim Neiva – tão bom padre como raizeiro, por forma que os dois poderiam ir –se que não fariam falta nem deixariam saudades.*”⁽¹⁷⁾

Este fato não é único na história de Uberabinha, são muitas as disputas em que estão envolvidos profissionais de saúde e elementos do poder local, notamos nestes confrontos, que a tradição e os laços de família, são considerações mais relevantes do que a necessidade desses profissionais.

¹⁷ PEZZUTI, Cônego Pedro. Op. cit., p. 19.

Neste período, Uberabinha ainda não dispunha de um cemitério, os que iam desta vida para o além eram sepultados dentro da Igreja ou no adro (terreno que contornava a Matriz) dependendo de sua posição social. Apesar da igreja nunca ficar totalmente lotada, essa situação se constituía numa preocupação local com a higiene e um desrespeito aos mortos. Somente em 1880 Frei Paulino resolve demarcar com pedras o primeiro cemitério, esta seria possivelmente a primeira medida sanitaria da cidade.⁽¹⁸⁾

Nos anos de 1888 a 1892, quando Uberabinha é elevado a Vila, nota-se as primeiras preocupações profiláticas do poder público, neste contexto se ensaia o saneamento citadino, já que os casos de typhoexanthematico de vez em quando alarmavam a população e quando também se constrói um matadouro público. Estas ações do poder municipal demonstram preocupações, mesmo que incipientes, com a higiene pública e o desenvolvimento da cidade.

Pezzuti tem como marco do progresso nesta localidade dois acontecimentos: a chegada dos trilhos da Mogiana e a abertura da ponte Afonso Pena. Os trilhos que cortavam o país expressavam a necessidade de se obter matérias primas e circular mercadorias manufaturadas. O trem de ferro personalizava a inevitável sina de progresso das regiões em que passava, porém, independente dos trilhos, as práticas capitalistas se desenvolviam no país; contudo, os trilhos ampliavam e redimensionavam essas práticas vivenciadas em Uberabinha, a partir de 1895.

Outro memorialista local nos relata que às vésperas da inauguração da Mogiana é preso um farmacêutico prático causando uma grande confusão na cidade. Os festejos seriam realizados na pequena São Pedro de Uberabinha, onde era difícil perceber os limites entre o campo e a cidade que se constituía. Mas como narra a História oficial desta cidade,

¹⁸ Idem. p.21.

poucas das inúmeras atividades comemorativas previstas para a ocasião que marcaria a chegada do progresso, realizaram-se:

(...) É que às vésperas da festança, o farmacêutico José Teixeira de Santana, muito querido e respeitado pelos uberabinhenses, fôra denunciado pelos médicos locais pois não lhes deixava clientela. O Juiz Duarte Pimentel de Ulhoa, muito contrariado, mandou prender o seu amigo por exercício ilegal da medicina. Apesar de não ter exigido que ele ficasse na cadeia, o povo revoltou-se. Os pereira reuniram cem homens armados e mandaram o Juiz sumir da cidade com uma curiosa exigência: que fosse 'montado numa égua'. O Juiz sumiu, mas foi só até Uberaba buscar reforços e voltou com 92 soldados que se aquartelaram no depósito de mercadorias reservadas para a festa. Acabaram com tudo.⁽¹⁹⁾

O que prontamente se percebe é a recusa das normatizações e institucionalização de um saber médico científico racional, já que o farmacêutico era herdeiro da prática acumulativa do saber popular e do saber “científico”. Portanto, descaracterizar esta prática, utilizando-se da ciência e da Justiça para este fim, era uma forma de controlar a sociedade e impor novos valores e costumes, mais ainda, de introjetar uma mentalidade ordeira e progressista na população. E o ato de se expulsar o Juiz para outra cidade, sob resquícios de humilhações, demonstra a indiferença da população frente a figura da ordem e suas leis.

Cônego Pezzuti descreve Uberabinha com ares de cidade moderna e confortável em que grande parte das habitações eram construídas em estilo moderno, arejadas, limpas e graciosas. Esta descrição se aproxima muito da cidade representada nos códigos de postura do município, como observamos nos artigos 351 e 358 que estabeleciam:

¹⁹ PEREIRA, Antonio. ACIUB 50 ANOS TRABALHANDO COM AMOR. Uberlândia: SABE, s/d. p.17.

Sempre que a higiene o reclamar, mediante edital, os proprietários são obrigados a caiar ou pintar decentemente os seus prédios, não só o exterior, como interiormente, assim como oliar as portas, janellas, forros, etc.⁽²⁰⁾
(...) dentro do perímetro da cidade e povoações do município não é permitido conservar terrenos incultos, maltratados e servindo para depósito de lixo.⁽²¹⁾

No entanto, outras fontes nos levam a crer que o cotidiano da cidade não se aproximava nem um pouco destas perspectivas. Como observamos, os discursos de época parecem descrever outra cidade, não tão bela e nem tão higiênica como aquela do Código e da memória oficial.

O Estado sanitário da nossa cidade deixa muito a desejar. Desprovida de esgoto, em remoção de regidades, ella está em optimas condições para o aparecimento e propagações de epidemias.

A maioria da população, imprevidente, lança aos quintais e pátios resíduos de cosinha, o lixo, as águas de lavagens que entram logo em fermentação, em putrefação, despendendo gazes pouco agradáveis e constituindo, por seu estado úmido e quente, um ambiente propício à propeação das moscas e mosquitos.

Inda mais: os urubus, atrahidos pelo mau cheiro, investam a cidade, pousando sobre os telhados, sujando-os.

Seria de bastante conveniência que a Camara destinasse uma carroça para remoção do lixo, e obrigasse os proprietários a depositál-o em vasilhame apropriado dondo seria retirado para o vehículo collector.⁽²²⁾

Esta crítica dos editoriais de Uberabinha se apresentava no Código de Posturas sob forma de lei que determinava:

²⁰ Posturas Municipais 1912, cap. II Da Hygiene das Habitações. Art.351.

²¹ Idem. Art. 358.

²² **A Tribuna**. Uberabinha: 14/09/1919, anno I, n.2, p.03.

As varreduras, lixo do interior dos prédios e outros detritos, depois de estabelecido o serviço de transporte, serão conservados em vasilhas especiaes e entregues às carroças de limpeza pública” ⁽²³⁾

Cabia também aos moradores, manter suas habitações limpas como ainda determinava o Código:

os proprietários ou inquilinos que acumularem lixo, ou conservassem águas estagnadas ou imundícies que possam prejudicar a hygiene, no interior de suas habitações ou dependências, serão multados... ⁽²⁴⁾

Nas péssimas condições de higiene vivenciadas, não seria difícil imaginar as constantes epidemias ou pragas de mosquitos que assolavam a população local, mesmo no ano de 1920 em que a regulamentação prévia do serviço de limpeza urbana duas vezes por semana, a cidade se encontrava invadida por uma praga de pernilongos

(...) a invasão é intensa e geral.

Para iluminá-la seria indispensável que toda população se preparasse para combatel-a, impregando todos os meios possíveis.

Aconselhamos primeiramente, com base essencial de um sério combate à praga, o entupimento completo, das fossas e o consumo de todos os detritos de alimentação.

(...) Para espantar os pernilongos do interior das habitações seria conveniente queimar o enxofre em bastões ou preparados com tapirone, que dizem dar bons resultados.

Havendo boa hygiene a praga se extinguirá. ⁽²⁵⁾

Vale lembrar que, o código definia que:

²³ Posturas Municipais. Op. cit., Art.352

²⁴ Idem. Art.353

²⁵ **A Tribuna**, Uberabinha: 11/01/1920, anno I, n.18 p.35.

Todos os moradores da zona urbana são obrigados a extinguir os pernilongos existentes em suas moradas, destruindo as larvas por meio de insectidas apropriados". ⁽²⁶⁾

Nestes discursos, percebemos que a realidade e a representação dos Códigos de Posturas não eram condizentes. Alguns artigos nos apresentam uma outra cidade, o que nos leva a crer, através destas descrições que, além de muriçocas, mosquitos e formigas, a cidade estava também infestada de ratos, baratas e vermes entre outros micróbios, insetos e animais nocivos à saúde humana. Esta cidade com inúmeros problemas sociais, em que urubus faziam parte do cenário urbano, é omitida pelos memorialistas que procuram idealizá-la.

Pezzuti ao descrever a urbanização desta localidade, passa uma imagem de ruas projetadas

(...) que se cortam em angulo recto, amorosamente cuidadas pelos poderes públicos, já algumas arborizadas, percorridas por vehiculos de toda espécie, são commodas e pulsantes artérias de seu movimento urbano, que de dia em dia se avoluma. ⁽²⁷⁾

Porém, como já afirmamos, apesar deste autor descrever a imagem de imponentes casarões, as residências dos Uberabinhenses no início do século, em sua grande maioria, eram casas de adobe, sem alinhamento ou estética, o que tornava um tormento aos intendentes municipais. Diante dessas evidências o Código de Postura representava o devir para a sociedade, as leis municipais aprovadas pela Câmara refletem a cidade que as elites almejavam.

²⁶ Posturas Municipais 1912, cap.IV Da Extinção de Pernilongos. Art.490.

²⁷ PEZZUTI, Cônego Pedro. Op. cit., p.29.

No entanto, os esforços para conter a proliferação desordenada de novas edificações, ilustram a preocupação com a aparência do lugarejo. O Código definia que

Nenhuma obra se poderá fazer nas povoações, quer para a reparação de prédios velhos, quer para a construção de novos, sem prévia licença da Camara.⁽²⁸⁾

Esta lei expressa o controle da intendência municipal sobre as novas construções. Contudo, estas normatizações contrariavam as experiências que as camadas populares menos abastadas traziam do campo e que o ímpeto urbanizador tentava transformar, pretendendo romper uma tradição secular, como também subtraindo o conhecimento da edificação de habitações, assim descritas por Bosi:(...) *As paredes de adobe fixadas com uma massa feita de estrume fresco de gado com areia e terra; as bases verticais compostas de madeira forte, aroeira, jacarandá ou peroba rosa; a cobertura de palha traçada ou de palha de coqueiral. O alinhamento da construção orientava-se pela posição do sol; a frente era preferencialmente voltada para o nascente.*⁽²⁹⁾

Com a disciplinarização do espaço urbano e da moral dos uberabinhenses, pretendia-se o controle das camadas populares como também a introdução de valores e normas que não estavam presentes no cotidiano popular, sendo necessário a mudança de hábitos e costumes da população local.⁽³⁰⁾

Nas primeiras décadas deste século é possível notar, através dos artigos de jornais, uma preocupação com as medidas profiláticas e sanitaristas. Como vimos, apesar de haver uma legislação que regulamentasse o saneamento, a realidade local era bem diferente. Os conflitos locais expressos nos artigos de época refletem os valores e a perspectiva de

²⁸ Estatuto e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, p.08.

²⁹ BOSI, Antonio de Pádua. Conflitos Sociais na Constituição do Espaço: São Pedro de Uberabinha na década de 1890. In: HISTÓRIA & PERSPECTIVAS. Uberlândia: UFU, n.18/19, 1998. p. 68.

³⁰ Sobre esta questão ver: MACHADO, Maria Clara Tomaz. Op. cit., 1990.

progresso que se iniciaria por meio de uma sociedade que adotasse os preceitos da ciência, sendo necessário, portanto, romper com as antigas tradições. Nesta perspectiva, o progresso deveria ser alcançado por intermédio de práticas embasadas no conhecimento científico. Assim, os discursos sanitaristas e médicos se tornam um dos pilares sobre os quais se ergue e legitima - em termos ideológicos - o projeto desenvolvimentista local. Por este ângulo, a doença era vista como “atraso”, o que caracterizaria uma contradição ao ideal progressista, uma vez que saúde representa aptidão para o trabalho e consequentemente progresso. Para tal fim, seria necessário projetos sanitários e urbanizadores que efetivamente se realizassem:

(...) Uberabinha tem suas múmias que precisamos despir para tirar-lhes o prestígio da presumpção popular e libertar o espírito da gente dos ideais cristalizados atrofiantes e errados.

Começaremos pela água potável da cidade, múmia que conserva o respeito conquistado mas que precisa agora ser despida e examinada ao microscópio da Ciência para explicar satisfatoriamente a inaceitável evidência da insalubridade de nosso clima provada pelo posto de profilaxia do Dr. Lacerda.

(...) A vista de porcentagem enorme de verminoses encontrada em nossa população urbana, é - se levado a avançar quasi como certa a contaminação das águas de uso doméstico, não cabendo na boa vontade do povo aceitar a explicação do fato só pela transmissão das fezes espalhadas aos quintaes que não tem fossas, pelos pés que não tem calçados e pelas mãos que não se lavam depois de pegar em certas cousas.

(...) A verificação da inverdade d'essa contaminação tranquilizará a consciência de nos todos e a de sua verdade imporá reparação eficaz eliminando a fonte da infecção que tanto sal amargo e santa maria faz gastar ao Estado para fazer de Uberabinha lugar de gente sadia e mais bonita.⁽³¹⁾

³¹ **A Tribuna**, Uberabinha, 24/04/1921, anno II, n.85, p.02.

Como detectamos neste discurso e em sucessivas notas do posto de profilaxia, o progresso da localidade está intimamente ligado à saúde da população local, entretanto, o alto número de ancilostomose pode nos desvelar hábitos e uma outra realidade que nos é negada por Pezzuti, que assim descreve a cidade em meados da década de 20:

(...) E foram atacados os serviços de systematização estradal, e o abastecimento de água potável, e estradas internas vicenais, e os bellos edificios, e as espaçosas avenidas, e os jardins públicos, e o matadouro modelo, e a rede de exgotos, etc.⁽³²⁾

Paradoxalmente, os diversos discursos de época descrevem uma outra cidade, sem saneamento básico – em que o lixo se acumulava pelas ruas e quintais – ou casinhas e privadas destinadas às necessidades fisiológicas. Nem todas residências dispunham destas, que se localizavam no fundo dos quintais e, na ausência de uma, árvores grossas e bananeiras as substituíam.

Apesar das fossas sanitárias fazerem parte do Código de Posturas, a população local era indiferente a essas normatizações. Percebemos também que não se apresenta por parte do poder público mecanismos para obrigar a instalação de fossas sanitárias ou reprimir este costumes, diferentemente da vadiagem, do jogo e da prostituição, como observamos abaixo:

(...) que eu saiba não se fez uma só d'essas casinha hygienicas que o serviço de prophylaxia, para ver se as consegula obter da população, reduziu ao typo mais simples e barato possível: uma chocinha de sapé com um buraco no meio e uma tampa para o buraco...

Ficaria até interessante a cidade pelos fundos, reproduzindo a aparência dos quiosques do passeio público do Rio de Janeiro, para um serviço menos pitoresco mas necessário.

³² PEZZUTI, Cônego Pedro. Op. cit., p.30.

Entretanto, não se fizeram e (agora falando sério) parece que todos os conselhos higienicos, como todo este despotismo de lumbrigueiros e purgantes que o posto profilático despende a bem da saúde pública de Uberabinha ficarão sem eficácia(...)⁽³³⁾

Olhando a cidade por este ângulo, não é difícil perceber, uma população hospedeira de inúmeras verminoses nocivas à saúde, pois:

(...) encontram mãos que não se lavam toda hora por falta de sabão que anda custoso e pés descalços para pisar excrementos contaminados nos pomares, nas hortas, nos cantos de muros e nas ruas mal iluminadas(...)⁽³⁴⁾

Não só a água, o saneamento e a limpeza faziam parte das preocupações dos discursos sanitários de Uberabinha, possivelmente os casos de intoxicação eram frequentes, e mesmo as ilustres famílias da cidade não estavam imunes como no caso que passa a ser narrado:

(...)Apóz o jantar, todas as pessoas da familia Carneiro, começaram a sentir perturbações que se foram aggravando a ponto de ser preciso da intervenção médica.

Os distintos médicos drs. Raphael Rinaldi e Pedro Correa Netto, verificaram tratar-se de um envenenamento, e começadas as investigações, presumiu-se que o envenenamento fosse proveniente de uma carne de porco, porquanto as pessoas que della não fizeram uso, nada tiveram(...)⁽³⁵⁾

Apesar do Código prever que o comércio deveria ser realizado por açougues arejados e limpos e que “nenhum gado destinado ao consumo público poderá ser abatido fora do matadouro,” no cotidiano popular estas normatizações não faziam sentido e se o fizessem romperiam com tradições seculares. Pagar impostos para comer aves, porcos ou

³³ **A Tribuna**, Uberabinha: 22/05/1921, anno II, n.89, p.01.

³⁴ *Idem*.

³⁵ **O Progresso** 03/11/1907, anno I, p.02.

outros animais geralmente criados nos quintais, era percebido como abuso do poder público municipal.

As tradições rurais no início deste século estavam intimamente entrelaçadas ao cotidiano citadino, por isso, as normatizações contra estes costumes eram motivos de resistência, mesmo fazendo uso da violência, como se observa no discurso seguinte:

(...)Apuremos as responsabilidades. Aqui, não há hygiene para cousa alguma, F. pode criar porcos no centro da cidade, C. pode ter vacas que fazem das praças verdadeiros malhadouros, B. pode matar porcos na própria casa para não pagar impostos e se o fiscal quer cumprir a lei, lá vai chicote em plena rua(...).⁽³⁶⁾

Apesar de Pezzuti apontar que a cidade possuía um matadouro modelo e o Código definir que:

a carne bem como as vísceras aproveitáveis serão transportadas do matadouro aos açougues em veículos apropriados e fechados, cobertos providos de venezianas para que a ventilação se faça e suspensas em ganchos(...) e que tais veículos serão lavados diariamente e conservados sempre asseados, assim como deverão estar os seus condutores.⁽³⁷⁾

Assim, a noção de asseio e de higiene foi um valor da sociedade moderna construído através de discursos e práticas sanitaristas. Entretanto, em princípios deste século esta representação era tratada indiferentemente pela população local. Apesar do Código fazer inúmeras considerações sobre a alimentação, os discursos locais assim descrevem o carroção do matadouro e seus condutores:

(...) um carroção mal feito, mal acabado, mais em aparência de um carro de lixo(e para este mesmo ainda assim immundo) do que um carro para

³⁶ Idem.

³⁷ Posturas Municipais, cap.II, Do Matadouro. Art. 397e 398.

transporte de carnes verdes(...) mais ainda: Dois homens verdadeiros aborígenes sujos e asquerosos pela roupa envolvente os seus corpos eil-os a abraços com as carnes para o seu transporte do célebre carroção para o açougue! Que imundície! A roupa, a mesma usada desde o princípio da semana e talvez do mez e mesmo do anno, cheio de terra e sangue, em constante união com essas carnes que mais tarde saboreadas pelo povo, entretanto já infeccionadas de micróbios, produtores de moléstia, verdadeira epidemia, ou melhor, endemia!.⁽³⁸⁾

Como se deduz, as normatizações expressas nas leis do Código de Posturas deste município, representam uma cidade projetada de acordo com os interesses das elites locais, e mesmo que os Códigos sejam imposições da República e passem por aprovação da Câmara Municipal, não se descarta ou invalida a nossa hipótese de que o Código possa expressar o devir para essa localidade, de acordo com os interesses locais.

Na prática as posturas municipais de saúde, determinadas pelos Códigos, não encontrava respaldo junto à população, visto que estas eram totalmente desconhecidas e ainda a Intendência Municipal não dispunha de nenhum mecanismo coercitivo que obrigasse a execução de tais leis, como se nota na repressão à prostituição, o roubo, a vadiagem e etc.

Mesmo diante deste estatuto que determinava inúmeras restrições ao abatimento e comércio de carnes verdes, a população local continuava a abater animais em quintais e fazendas, transportando-as em simples carroças, ou carros de boi sob o sol, cobertas por folhagens de coqueiro ou bananeira como determinava a tradição.

Apesar das posturas municipais, antes da década de 30 - como em todo o Brasil- Uberabinha não dispunha efetivamente de uma política pública de saúde que atendesse as necessidades da população. As medidas de saúde anteriores a 30, partiam de iniciativas da

³⁸ **A Tribuna**, Uberabinha: 03/10/1920, anno II, n.56, p.02.

comunidade, visando o assistencialismo; como percebemos através dos serviços prestados pelo Asilo de São Vicente de Paula e pela Santa Casa de Misericórdia, que estavam sob a responsabilidade da Irmandade de Misericórdia de Uberabinha/Sociedade São Vicente de Paula.

O asilo Santo Antonio e São Vicente de Paula data de 1908 e objetivava o recolhimento de pessoas idosas, carentes e abandonadas. Nesta mesma linha assistencialista a Santa Casa de Misericórdia (1909/1970) tinha por finalidade dar atendimento médico às pessoas pobres e indigentes. Estas instituições foram criadas e dirigidas pelas elites locais, como nos mostra os relatórios da Irmandade da Misericórdia em 1908/1909:

(...)Um preito de justa homenagem ao nosso benemérito irmão, capitão Custódio da Costa Pereira, a cuja iniciativa deve-se a fundação deste instituto de caridade.

Foi elle quem, condoido da sorte dos enfermos, pobres e desvalidos, teve a altruística idéia da criação entre nós, de um asylo onde os mesmos podessem encontrar alívio para os seus males, ou ao menos algum conforto e carinho antes de irem dormir o “somno da noite que não tem horas”.⁽³⁹⁾

Nesta mesma instituição, em 31 de dezembro de 1909:

(...) foi aprovada a planta do edificio do hospital, ficando deliberado que se desse, com maior presteza á construcção do mesmo, sendo o serviço feito por administração.⁽⁴⁰⁾

Percebe-se que estas ações partiam de iniciativas particulares e não do poder público municipal, quanto aos recursos disponíveis para a construção deste hospital, eram provenientes de arrecadações em meio a população, que doavam animais, tijolos, etc, ou

³⁹ Relatórios da Irmandade de Misericórdia 1908/1909. Uberabinha: 1916. p.04.

⁴⁰ Idem. p.12.

ainda realizavam leilões, touradas, quermesses; e também os empréstimos à juros que a Instituição disponibilizava.

A partir dos anos 30 se iniciava a política nacional de saúde que teve como base (...) *a centralização do poder e especialmente da política de saúde, em virtude da destruição, pela revolução de 30, do “excessivo” federalismo da Primeira República, incorporou e transformou as unidades administrativas em âmbito estadual, dando início a um processo de redução da autonomia dos estados.*

No plano da política de saúde, podemos identificar este processo de centralização com a criação em 1930, do Ministério da Educação e Saúde, composto de dois departamentos nacionais, um de Educação e outro de Saúde, que passou a ser chamado, a partir de 1934, Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico Social.”⁽⁴¹⁾

Como fruto da política nacional do governo Vargas, foi construído em Uberlândia, por iniciativa do governo estadual, o Hospital Regional que visava o atendimento médico à pessoas pobres e carentes, rompendo, assim, com as práticas médico-assistencialistas que vigoravam anteriormente a esta política.

A partir da década de 20 passa a ser discutida no Brasil a eugenia, prática esta vinculada à ciência, que tinha por objeto o estudo de fatores que, sob o controle social, pudessem melhorar ou prejudicar física e mentalmente, as qualidades raciais das futuras gerações. Esta questão ganha maior espaço no cenário político nacional devido a seguimentos do movimento de 30 simpatizar com grupos fascistas. O governo brasileiro manifestou-se receptivo às idéias desse grupo, que foram encaradas pela incorporação

⁴¹ GOMIDE, Leila. Regina Scalia. “ÓRFÃOS DE PAIS VIVOS”: A LEPROSA E AS INSTITUIÇÕES PREVENTORIAS NO BRASIL: ESTIGMAS, PRECONCEITOS E SEGREGAÇÃO. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/FFLCH, 1991. p.98.

médica como a representação estatal da racionalidade e do progresso, alinhando a política nacional de saúde ao modelo eugênico tão em voga no momento.

Neste sentido, Gomide⁽⁴²⁾ nos traz algumas evidências desses preceitos presentes em Uberabinha ao desvelar a situação dos leprosos nesta localidade, cuja presença causava um mal estar na sociedade, sendo necessário que se buscasse meios de controle para tirá-los de circulação, pois seus corpos cobertos por feridas se constituíam uma ameaça social. Para tanto, um dos mecanismos utilizados pela sociedade foi a fundação das Associações para assistência aos pobres e doentes da cidade, como a Associação Protetora dos Leprosos e a Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paula, que, ao exercerem uma política assistencialista, colaboravam para o policiamento e controle dos indivíduos que sofriam do mal de Lázaro:

(...) Essas duas Associações estão de acordo com o Sr. Presidente da Camara e o Delegado Regional.

Essas duas autoridades devem avaliar o quanto lhes serão úteis esses meios de costumes, cujo mister é um dos mais difficeis.

Com essas senhoras ao nosso lado, mães de famílias distrinctas, (...) cujas posses nos todos sabemos que são bastante elevadas, Uberabinha poderá conciliar o seu progresso material e intelectual com o moral, isto é, com esta obra de philantropia que será o nosso maior benefício até hoje praticado.⁽⁴³⁾

Podemos perceber através deste artigo uma preocupação das elites locais com as doenças infecto contagiosas como no caso da lepra, pois sua presença incomodava a sociedade

(...) que se higienizava e se preparava para realizar um desenvolvimento que só seria possível com a eliminação dos fracos e degenerados físicos, e com a constituição de uma raça saudável, selecionada, através dos apregoados princípios eugenicicos.⁽⁴⁴⁾

⁴² Idem. pp. 69-120.

⁴³ Caridade. **A Tribuna**, Uberabinha: 09/05/1929, p.01.

⁴⁴ GOMIDE, Leila. Regina Scalia. Op.cit. 89.

Página não encontrada no original.

CAPÍTULO II

ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: A DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS PELA CIÊNCIA

O desenvolvimento de doenças e modos de cura no Brasil estão sendo reelaborados e disseminados mesmo antes da chegada dos povos europeus e africanos. Após o “descobrimento”, no decorrer do processo de colonização, doenças e métodos de curas e crenças, foram trazidas de diversas regiões do mundo, acompanhando povos que aqui desembarcaram.

Com a advento das grandes navegações, as doenças se disseminaram entre os continentes, e com a chegada dos europeus à América enfermidades como a varíola, tuberculose, sífilis, entre outras, se proliferaram por essas terras. Os nativos, mesmo com seus corpos exuberantes, também padeciam de alguns males como a bulba, o bócio endêmico, parasitoses, desinteria, perturbações alimentares, doenças respiratórias, reumatismos e febres inespecíficas. Os negros trazidos da África sofriam de males como a esquistossomose, a ancilostomíase (amarelão), bicho de pé, que se tornariam posteriormente as maiores endemias rurais do país. ⁽⁴⁵⁾

No decorrer da processo de colonização, em um cenário de precariedades e urgências, as práticas de cura trazidas pelos povos dos diferentes continentes, proporcionaram uma junção dessas diversas experiências, o que possibilitou, no Brasil, o nascimento de uma medicina popular sustentada em ervas, crenças e procedimentos diversificados. Nota-se daí, o primeiro passo rumo à apropriação deste conhecimento pela Companhia de Jesus. Os Jesuítas usurpavam qualquer conhecimento popular que apresentasse algum efeito terapêutico.

⁴⁵ Cf. SIQUEIRA, Márcia. O Poder de Cura Está nas Matas. In: ESTADO DE MINAS, Caderno Gerais Saúde, 23/04/2000. p.27.

Neste primórdios da medicina popular, ervas, pedras, unhas de anta ou preguiça, azeite de cobra, gambá, entre outros, como ainda, excrementos misturados ao açúcar, preces e amuletos, faziam parte das terapias utilizadas pelos Bandeirantes. Neste contexto, físicos, barbeiros e curandeiros de todos os tipos, faziam uso de sangrias que tinham por objetivo limpar do organismo os “humores maléficos” que causavam a doença. Nesta perspectiva, Holanda, afirma que: (...) *A medicina popular no Brasil tem suas raízes fundantes no contato que colonos e Jesuítas estabeleceram com os índios. Na empreitada de alargamento de nosso território construiu-se uma teia de relações, nas quais as experiências na arte de curar, mais em consonância com nosso ambiente e natureza, foram amalgamadas. A essa farmacopéia rústica, salpicada pelo gosto do maravilhoso, do exótico, herança da ciência medieval, somam-se as práticas indígenas, produzindo no imaginário popular uma mentalidade terapêutica rica e diversificada. As mesinhas provenientes da fauna e flora, as orações, benzeções e excrementos fazem parte de um rico arsenal curativo. Longe dos socorros médicos, isolados no sertão, marcado pela distância e solidão, as novas experiências curativas puderam aflorar, demarcar presença, frutificar e persistir até os dias atuais.*”⁽⁴⁶⁾

Estas práticas populares começam a ser desacreditadas a partir do século XIX, quando os médicos ou facultativos “assumem o saber” da cura, pregando um discurso racional embasado na ciência. Tal situação marca o início de uma verdadeira perseguição aos praticantes populares de cura, onde curandeiros, parteiras, barbeiros sangradores passam a ser vistos como charlatões, estando limitados até mesmo pela legislação.⁽⁴⁷⁾ Porém, podemos perceber que estas tradições persistem em nosso cotidiano, demonstrando a resistência dessas práticas no universo cultural popular.

⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. CAMINHOS E FRONTEIRAS. São Paulo: Cia das Letras, 1994. pp.34-89.

⁴⁷ Cf. FIGUEREDO, Betânia. Caldeirão Fervente de Rezas e Crendices. In: ESTADO DE MINAS, Caderno Gerais Saúde, 23/04/2000, p.27

As doenças foram os primeiros desafios a serem enfrentados pelos conquistadores, representando a morte de milhares indígenas. As pesquisas direcionadas a esta temática ainda são mínimas, mesmo tendo grande parte dessa história a se escrever, bem como a desmistificar, especialmente ao que diz respeito aos estigmas que os países economicamente atrasados carregam. De acordo com Rita de Cássia Marques: (...) *Não faltam polêmicas à espera de esclarecimento. Se febre amarela, sarampo, e hanseníase atormentam os trópicos, parece certo que chegaram às Américas trazidas da Europa, (...). Seria preciso mesmo rever a noção até preconceituosa de doenças tropicais (...) O fato de terem sido controladas nos países temperados e hoje haver focos importantes nos trópicos não é sinal de sua origem*⁽⁴⁸⁾

No entanto, endemias e epidemias marcaram o cotidiano dos brasileiros entre os séculos XIX e grande parte do século XX. Doenças como febre amarela, varíola, peste bubônica, leishmaniose, febre tifóide, sífilis, cólera, entre outras, se constituíam em problemas de calamidade pública, contudo, não é apresentado pelo governo um programa de saúde coeso, somente algumas medidas esparsas e temporárias.

Em 1949, no Rio de Janeiro, uma epidemia de febre amarela mata 6.500 pessoas; em Salvador morrem mais de 4000; no Paraná em 1856 ocorre a primeira epidemia de cólera-morbo que se alastra por todo o litoral matando cerca de 200.000 pessoas no decorrer de dois anos; em 1899 a cidade de Santos é palco de uma epidemia de peste bubônica, que se estende do Rio de Janeiro a outros pontos do país.⁽⁴⁹⁾

A partir destes dados podemos observar que esses males estavam inseridos no cotidiano popular, no entanto, se evidenciavam recusas e resistências quanto aos métodos

⁴⁸ Cf. MARQUES. Rita de Cássia. Doenças desembarcaram com o navio negreiro. In: ESTADO DE MINAS, Gerais Saúde, 23/04/2000. P.27.

⁴⁹ Saúde Pública e Pesquisa. FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Especial Butantã FIOCRUZ 100 Anos. 06/09/2000, p.2.

utilizados pelo estado que visavam a imunização e erradicação destas enfermidades.⁽⁵⁰⁾ Maia afirma que foi diante de uma epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro que se iniciou uma preocupação sanitária: (...) *A primeira medida efetiva tomada no Brasil foi em 1804, quando chegou ao Rio de Janeiro, o cirurgião militar, que provinha da Bahia, vacinando índios e negros. Como na cidade havia um surto da doença, foi mais fácil a aceitação dos dispostos à vacinação. O vice-rei nomeou o Coronel Manoel dos Santos Carvalho, (encarregado de polícia) para dirigir os trabalhos. Assim, com o aparato policial e mais ajuda de dois cirurgiões e uma equipe para o controle burocrático no procedimento da escrituração, teve o início ao combate à doença.*⁽⁵¹⁾

Este autor nos informa também que, passada a epidemia em 1811, o governo institucionaliza a prática do recurso profilático, criando a Junta de Instituição Vaccínica. Porém, estas medidas não surtem o efeito desejado, uma vez que a população se negava a comparecer às Juntas de Vacinação, talvez por constatarem casos de óbitos em indivíduos imunizados, que contraíam novamente as doenças. Apesar da ineficiência desta medida, em 1846, é criado o Instituto Vaccínico Central que tinha jurisdição sobre a Corte e o Império e, em 1851, é criada a Junta Central de Higiene Pública que objetivava melhoramento na saúde pública através da remoção do lixo, escoamento de águas pluviais, melhorias no sistema de esgoto e asilo à mendicância.

Apesar dessas medidas, o avanço e proliferação de doenças como a febre amarela, cólera morbos e a varíola, contrariavam as medidas tomadas pelo governo. Ainda este autor nos aponta que, do mesmo modo que as doenças causavam pânico em meio a população, as maneiras de prevenção impostas pelo Estado apavoravam os habitantes, que eram tidos

⁵⁰ A este respeito ver: REIS, João José. *A MORTE É UMA FESTA: MITOS FÚNEBRES E REVOLTA POPULAR NO BRASIL DO SÉCULO XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

BASSETO, Silva. *A REVOLTA DA VACINA OBRIGATÓRIA*. São Paulo: Brasiliense, d/d.

⁵¹ MAIA, Júlio de Albuquerque Calasans. O medo da cura no rio de janeiro no século XIX. 1800/1854. In: *ANAIS DO VI ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH*, d/d. pp.456-457.

pelos representantes do governo como incúrios e ignorantes, uma vez que rejeitavam a vacinação.

Os discursos oficiais apresentam, enquanto uma preocupação governamental, a dificuldade de se propagar as vacinas no interior do país, devido ao receio da população a estes métodos preventivos, sendo necessário romper esta mentalidade provinciana local. Isto se evidencia nas falas do Ministro do Império que relata as dificuldades de se introjetar na população novos preceitos como progresso e civilização, e que somente o tempo e o desenvolvimento trariam a sedimentação de tais valores que, por sua vez, substituiriam os antigos preceitos das comunidades brasileiras. Maia, citando Lumeau mostra que: (...) *‘Em um país de vastíssima extensão, como é o nosso, onde a população se acha disseminada em grupos, em muitos pontos separados uns dos outros, por grandes distâncias e péssimas estradas; onde portanto, é assaz difícil levar a instrução necessária para convencer os habitantes de seus verdadeiros interesses a muitos respeito (...) só o tempo, o aumento da população e os progressos da civilização podem destruir preconceitos antigos e inveterados’*.⁽⁵²⁾

Como podemos perceber, no século XIX e parte do século XX, sangrias, benzeções, garrafadas, entre outros, eram os métodos curativos legitimados pela maior parte da população. No entanto, a partir de 1889 com a constituição da República, se inicia “uma empreitada rumo ao progresso”, tornando-se meta do governo – uma vez que este estava intimamente ligado ao pensamento positivista tão em voga no contexto – trazer progresso e civilização a esta nação, na tentativa de equipará-la às nações desenvolvidas européias.

Neste período, a ciência médica através de novos preceitos, teve a missão de implementar no país a civilização e o progresso, instituindo novos valores e condutas

⁵² LUMEAU, Jean de. **História do Medo no Ocidente**. São Paulo, Cia das Letras, 1980. Apud MAIA, Júlio de Albuquerque Calasans. Op. cit.

sociais em uma população que repetidamente se rebelava frente aos novos métodos sanitários estipulados pelo Estado. Neste cenário, em que as elites nacionais queriam modificar a imagem do país os médicos tiveram uma grande importância. A ciência médica teve a missão de introjetar novos costumes à população. Costumes que iam ao encontro dos interesses dessas elites, justificando a positividade do trabalho, a moralidade dos costumes, enfim, dotar a população de hábitos que comungassem com os interesses em pauta.

Com intuito de sanear o país são criados diversos órgãos de saúde como o Instituto Bacteriológico-1892 (atual Instituto Adolfo Lutz), Instituto Soroterápico Federal-1900 (atual Fiocruz), em 1901 o Governo Paulista transforma o Laboratório Soroterápico em Instituto Soroterápico do Estado (atual Butantã). Além destes órgãos, cidades como São Paulo passam a partir do ano de 1900 por obras de saneamento; no início deste século, sanitaristas como Vital Brasil e Osvaldo Cruz, iniciam uma verdadeira cruzada rumo à imunização de diversas doenças, amparados por uma “brigada militar” iam de casa em casa, procurando focos de ratos, larvas do mosquito colex, entre outros animais nocivos à saúde humana.

No ano de 1903, Osvaldo Cruz é nomeado diretor de saúde pública, e uma de suas primeiras medidas foi baixar, por meio de decreto, a vacinação obrigatória para se combater o avanço da varíola. Posteriormente, o Congresso aprova lei no mesmo sentido, entretanto, a população carioca se revolta com tal medida, saindo às ruas, contra a obrigatoriedade da vacinação. No ano de 1904, as manifestações populares se fizeram presentes na imprensa:

(...) O Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, lidera a Campanha contra as medidas de combate à febre amarela. Osvaldo Cruz envia brigadas de mata mosquitos por toda a cidade, desinfetando casa por casa. Por decreto, Osvaldo Cruz institui a vacinação obrigatória para combater a varíola. Depois, o Congresso aprova Lei no mesmo sentido.

No inverno, a cidade tem 3566 mortos pela doença. Em novembro, estudantes do Rio fazem manifestação contra a obrigatoriedade da vacinação. No dia 12, manifestantes vão à sede do governo. Tiros são disparados, e o exército entra em prontidão. No dia 13, manifestantes viram bondes, erguem barricadas e ameaçam a sede do governo. A escola militar da praia vermelha alia-se à revolta; os alunos saem armados às ruas, enquanto seu prédio é bombardeado por navios fiéis ao governo. Morrem centenas de pessoas. O movimento fica conhecido como a Revolta da Vacina. O governo garante aos sanitaristas o poder de invadir casas e aplicar em massa a vacina. Em alguns meses, a varíola desaparece do Rio.⁽⁵³⁾

Estas medidas se dispunham a transformar a sociedade e, uma vez que se embasavam na ciência, tinham como objetivo desacreditar os modos de cura populares, tidos enquanto crendices. Dessa forma, se propunham a modificar alguns hábitos, introduzindo novos conceitos de higiene, no sentido de dotar a população de novas condutas que não se limitavam apenas a instância dos fatores geradores de doença.

Iniciava-se um policiamento sanitário que tentava obter o controle sobre os corpos dos indivíduos que viviam em sociedade, delegando à ciência médica dispositivos disciplinares que recaiam em quesitos tais como saúde, moral e conduta dos sujeitos sociais; ou ainda, na visão dos governantes, refinando os hábitos dos filhos desta arcaica nação.

Dentre as primeiras experiências de uma polícia sanitária, Foucault nos apresenta as manifestações ocorridas na Inglaterra, França e Alemanha, onde medidas foram utilizadas para se obter o controle e distribuição dos sujeitos sociais locados nas cidades, apresentando as respectivas diferenças entre estes modelos. Já no século XVIII esta polícia sanitária é entendida pelo autor, principalmente na França, como uma medicina urbana (...)

⁵³ Saúde Pública e Pesquisa. FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Especial Butantã FIOCRUZ 100 Anos. 06/09/2000, p.2.

Não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência (...). A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo. A organização da medicina foi importante para a constituição da medicina científica.⁽⁵⁴⁾

O autor nos salienta que em cada um desses países a medicina social se manifestou de maneira diferenciada. Na França esta consiste em um Projeto de Urbanização, na Alemanha como uma Medicina de Estado na Inglaterra, a partir do século XIX, a medicina social prevalece sobre as demais, uma vez que esta se apresenta como (...) *essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas(...).* O sistema inglês possibilitou (...) *ligar três coisas: assistência médica ao pobre, controle de saúde da força de trabalho e esquadramento geral da saúde pública, permitindo às classes mais ricas se protegerem dos perigos gerais (...).* Este método (...) *permitiu a realização de três sistemas médicos superpostos e coexistentes; uma medicina assistencial destinada aos mais pobres, uma medicina administrativa encarregada de problemas gerais como a vacinação, as epidemias, etc., e uma medicina privada que beneficiava quem tinha meios para pagá-la.*⁽⁵⁵⁾

O modelo político de saúde da Inglaterra - fundamentado em uma Medicina Assistencial, Administrativa e Privada - delineou, no decorrer do século XX, as políticas de saúde nos países capitalistas, mesmo apresentando algumas variações nas práticas médicas públicas.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **MICROFÍSICA DO PODER**. Rio de Janeiro: Graal, 5ª ed., 1985. pp. 92-93.

⁵⁵ Idem..pp.97.

Percebemos através das diretrizes da “política de saúde” que esta se destina a uma classe social, onde está sedimentada toda a base produtiva, ou seja, a classe trabalhadora. Obter o controle dos corpos de todos os cidadãos se constitui em um mecanismo de positivação do trabalho, uma vez que esta política visava policiar a comunidade como também dotá-la de novos preceitos sanitários e condutas morais que iam de encontro aos interesses burgueses. Dentro do projeto político burguês, tanto as práticas políticas quanto os discursos moralizantes se constituíram em (...) *métodos que visavam permitir o controle minucioso das operações do corpo que realizavam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade e utilidade o que constitui em fórmulas de dominação.*⁽⁵⁶⁾

Portanto, corpos dóceis, saudáveis, aptos ao trabalho seriam possíveis a partir da extinção de hábitos populares como jogos de azar, bebidas alcóolicas, vadiagem, e todos os outros costumes que não iam de encontro à ótica burguesa. A doença, no entanto, significava trabalhadores fracos, não produtivos, sendo necessário dotá-los de condições básicas de saúde. Para este fim, se fazia necessário introjetar preceitos higiênicos, uma vez que a condição de “pobreza” era concebida como um local plausível de disseminação de doenças, o que consistia em um problema social.

De acordo com Rosen: (...) *a doença não somente tem uma relação causal com a situação econômica e social dos membros de uma determinada população, como os cuidados médicos oferecidos também refletem a estrutura de uma sociedade, em particular suas estratificações e divisões de classe. A classe social tem seus privilégios em relação à doença e à saúde. Desde a antiguidade até os dias atuais, a classe social do paciente afetou de diversas formas os procedimentos médicos relativos à sua doença. Os indivíduos*

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *VIGIAR E PUNIR*. São Paulo: Vozes, 18ª ed., 1986. p.126.

das classes altas eram considerados diferentes das pessoas comuns até em suas enfermidades, esta diferença existia ainda que só nas denominações dadas a elas.⁽⁵⁷⁾

Estas idéias sanitárias não estavam presentes somente na Inglaterra, Rosen nos informa sobre diversos pensadores que se ocuparam com questões relativas à saúde, dentre estes tentamos traçar um diálogo entre Meynne e Reich, sendo o primeiro um médico belga que, no século XVIII, presenciou de perto o desenvolvimento da Bélgica e Inglaterra, apresentando na Bélgica um tratado de patologia e higiene social.

Profundamente convencido de uma medicina preventiva, Meynne concluiu que a pobreza era o mais poderoso reprodutor de doenças, superando outras causas como o solo e o clima, sendo estas, questões imprescindíveis nas discussões quanto à medicina preventiva. De acordo com esse autor, em geral pode-se dizer que (...) *mortes e doenças que levam à degeneração da espécie serão encontradas nas diferentes camadas sociais proporcionalmente ao grau de pobreza respectivo (...). Chegamos a este notável contraste entre as classes ricas e trabalhadoras sem nenhuma idéia pré-concebida. A cada capítulo os resultados da estatística e da observação tornaram-se mais impressionantes, o problema tornou-se mais claro e mais preciso. No final, nós nos encontramos face a face com este importante fato social: a excessiva inferioridade do estado físico e sanitário das classes proletárias. Sua vida é muito mais curta; eles envelhecem prematuramente, sua progenitura é menos viável; tem duas vezes mais chances de serem atacados pela tuberculose e discrasia; estão muito mais expostos a todas doenças epidêmicas; e são praticamente os únicos sujeitos à acidentes e mortes violentas. Cabe também notar que a pobreza é em muitos casos a causa primeira de sua ignorância, falta de ordem e mesmo de seu deboche e intemperança. Em suma, pode se dizer que a decadência moral e física*

⁵⁷ ROSEN. George. DA POLÍCIA MÉDICA À MEDICINA SOCIAL. Rio de Janeiro: Graal, 1979.p.55.

ataca fatalmente um grande número daqueles que tiveram a infelicidade de nascer na pobreza.⁽⁵⁸⁾

Eduard Reich (1836/1939) foi um médico estudioso, entendido por Rosen enquanto excêntrico e periopatético, sua principal obra “System der Hygiene” foi publicada em 1870/1871, suas perspectivas se aproximam muito as de Meyne, uma vez que para ele (...) *a higiene social diz respeito ao bem estar da sociedade. Baseando-se na estatística, ela acompanha os acontecimentos da vida social, vigia a população em seus vários estados, observa o casamento, estuda o trabalho e desce até ao atoleiro da desesperança que é a pobreza, não para levar um consolo vazio, mas para ajudar salvar, fortalecer os fracos, despertando-os para uma nova vida e sustentar através da caridade os que não podem cuidar de si mesmos.(...) Os costumes e os hábitos exercem uma influência nada desprezível sobre as condições gerais de saúde (...) costumes e hábitos incluem, em minha opinião, a quantia que um indivíduo geralmente gasta, de seus vencimentos ou renda, em comida, bebida, vestuário e outros itens, assim como em luxos.*⁽⁵⁹⁾

A medicina social surge enquanto uma necessidade das sociedades complexas, uma vez que estas, ao passarem pelo processo de industrialização, introduzem uma nova dinâmica à organização social, restabelecendo novos parâmetros para a economia e política. Para sanar os problemas de saúde e as doenças que se disseminaram a partir destas transformações, o desenvolvimento da medicina social se fez como condição necessária a esta sociedade.

Estes discursos e práticas não se limitaram apenas aos países europeus, os mesmos se disseminaram por todas as sociedades capitalistas, onde os indivíduos que não se inseriam dentro da lógica burguesa – como os homens pobres – se constituíam em

⁵⁸ Idem.pp.103,104.

⁵⁹ Idem. pp.110, 112.

empecilho ao desenvolvimento. Por isso mesmo, as práticas sanitárias não visavam somente o bem estar e a saúde da população.

A medicina social serviu enquanto um instrumento de classe na medida em que regulamentava posturas e condutas sociais; um dos resultados desta política foi o processo de urbanização das cidades que se fez a partir da segunda metade do século XVIII, (...) *sentiu-se necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado*⁽⁶⁰⁾. De acordo com Foucault, isso se deu por necessidades econômicas e políticas, uma vez que a urbes, até então, se apresentavam enquanto espaço do comércio, não suportando uma multiplicidade de poderes e jurisdições. A indústria nascente propõe que a cidade não seja meramente o locus do comércio, mas também o espaço da produção. Estes fatores fazem com que se recorra a mecanismos de regulamentação homogêneos e coerentes, em que a medicina social serviu para ditar novos comportamentos e permitir o controle sobre os corpos que circulavam pelas cidades.

A partir do século XVIII, o proletariado aumentará as tensões políticas no interior das cidades- confrontos estes entendidos, numa visão marxista, enquanto luta de classes passando as mesmas a ser palco dos novos conflitos.⁽⁶¹⁾

Neste contexto, a medicina social também serviu para impor novos comportamentos, reprimir hábitos e costumes populares que não se adequavam à lógica da sociedade do trabalho. Mais do que isso, esta prática política serviu enquanto instrumento de disciplinarização da sociedade que, calcado num discurso médico sanitário, embasado em preceitos científicos, passa a ditar regras e condutas, explicitando os novos decors da ordem pública. Foucault nos mostra que (...) *o controle da sociedade sobre os indivíduos*

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. Op.cit., 1985. p.86.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. Op.cit., 1985. pp.85-86.

não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política, a medicina é uma estratégia bio-política⁽⁶²⁾. Neste sentido, Machado nos alerta que, se admitirmos que no capitalismo o controle da sociedade sobre os indivíduos se inicia no corpo através da medicina social, devemos considerar o relevante papel da polícia como instrumento legítimo desta dominação.⁽⁶³⁾ A autora enfatiza que (...) *se ao saber médico cabe a receita de medidas sociais profiláticas, à polícia cabe, através de medidas disciplinares, a higienização do corpo social que, como todo organismo, tem que evitar os males que o tornam doentio. Neste caso, o termômetro que mede a saúde está diretamente relacionado ao progresso e a sua doença, à decadência moral. A polícia, instrumento nomeado pelo poder, tem o dever de exercer o controle do corpo social. Coibir os abusos, disciplinarizar para o trabalho, através de campanhas morais saneadoras, é o papel da polícia dos costumes cooperando para o progresso.*⁽⁶⁴⁾

Em Uberlândia esta política é percebida também nos discursos higienistas presentes na imprensa local.

(...) A evolução do direito penal e ciências afins cometeu à polícia uma das principais funções sociais. O mesmo papel da higiene na medicina ora lhe incumbe na sociedade resguardar-lhe o organismo dos perigos minazes. Seu fito constante deve ser a prevenção dos males, evitá-los, removendo-lhes a causa.

Esta compreensão dos fins da polícia coincide com a noção hoje presente de que não há direitos individuais propriamente, senão meras faculdades a exercer em benefício da coletividade. Todos os direitos são sociais. Assim, as campanhas contra o jogo, o estrago

⁶² Idem. p.80.

⁶³ Machado, Maria C. Tomaz. Op. cit., 1990. p.61

⁶⁴ Idem. p.62

dos costumes, a mendicidade, a vadiagem, constituem antes medidas de proteção das classes pobres, e das famílias, do que medidas de perseguição, pois elas prejudicam apenas os exploradores dos incautos e inadvertidos.

Não será o corpo tresnoitado e extenuado da fadiga, mas o corpo retemperado no sono reparador das forças, que ergue a alavanca do braço em prol das nossa grandeza. ⁽⁶⁵⁾

Na tarefa de higienizar a sociedade burguesa, um dos grandes empecilhos foi a parcela da população caracterizada por sua pobreza. Esta era entendida pelas elites como um “grupo perigoso, uma vez que não participava diretamente do mundo do trabalho. Tornou-se necessário, então, métodos de controle sobre os mesmos. Mecanismos de controle sutis e eficazes, pensados a partir de um saber que normatizou as condições sanitárias; a moralização pelo trabalho; a delinquência; a vadiagem e a assistência aos indigentes, entre outros, que constituíram um conjunto de práticas e representações que objetivavam disciplinarizar tais seguimentos sociais.

Entre os inúmeros problemas sociais, a mendicância tornou-se um dos dilemas da sociedade burguesa. Esta preocupação esteve estampada nos editoriais e artigos de jornais da cidade de Uberabinha desde o início do século XX, como observamos abaixo:

(...) Os mendigos que perambulam pelas ruas da cidade têm vivido até aqui quase livres da fiscalização das autoridades.

Freqüentemente um novo pedinte aparece, novos indivíduos arvoram-se em mendicantes e, de porta em porta, imploram a generosidade da caridade pública.

Sem nenhum certificado que comprove a sua verdadeira incapacidade para o trabalho, sem distintivo que os caracterizem, elles tem vividos de esmolas.

(...) O povo deve concorrer para a atenuação dos miseráveis, mas por forma alguma, concorrer para que os parasitas se conservem parasitas da sociedade. ⁽⁶⁶⁾

⁶⁵ POLÍCIA dos Costumes. **A Tribuna**. Uberabinha, n.241., ano V, 27/04/1924.

⁶⁶ **A Tribuna**, Uberabinha, 09/11/1919, anno I, n.9, p.1

Este discurso expressa a preocupação e a ameaça que representa o indivíduo que não está inserido no mundo do trabalho. Esta conduta representa o inverso de todos os valores burgueses, e cabia a esta sociedade, pois, habilitar a esmolar os indivíduos que necessitavam da caridade pública. Estas falas evidenciam o anseio de, através de práticas políticas, extirpá-los do convívio social, relegando-os à periferia.⁽⁶⁷⁾

As elites locais dotaram esta cidade de uma imagem ordeira e progressista, por isso, a mendicância se constituía em um desagradável contraste no cenário urbano que devia ser saneado, já que o discurso burguês os classificavam como doentes e incapazes, desapropriando-os de seus direitos e até mesmo de seus corpos, cabendo à polícia dos costumes, à Igreja, e à Câmara Municipal a função de sanear tal prática:

“(...) As classes pobres são necessariamente numerosas e as mulheres desta classe paradoxalmente prolíficas.

Daí resulta que é grande o número de crianças, doentes ou depauperados, por moléstias hereditárias ou por deficiências familiares. Os pais apresentam sempre condições físicas deficitárias.

(...) É imperioso pensarmos medidas para reverter tal situação. Cabe aos poderes constituídos, à polícia dos costumes, à Câmara Municipal, à Igreja, rever a problemática da mendicância em Uberlândia.⁽⁶⁸⁾

Este discurso apesar de ter circulado em fins da primeira metade do século XX, se aproxima muito das preocupações dos discursos sanitários de Meynne e Reich, à medida que, colocam a pobreza enquanto irradiadora de doenças e incapacidades, sendo necessário escamoteá-las ou eliminá-las do convívio social.

⁶⁷ Quanto às práticas de repressão à mendicância na história de Uberlândia, ver Machado, Maria C. Tomaz. Op. Cit pp.81 a 114.

⁶⁸ **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, ano VII, n.1332, 08/11/1944.

Não só os pedintes constituíram uma preocupação do poder local, a pobreza, geradora de inúmeros problemas sociais – deveria se adequar ao espaço urbano, para isso, as elites locais lançam mão de mecanismos para enquadrá-la no cenário urbano burguês. É o que se evidencia no relatório do Presidente da Câmara Municipal de Uberabinha, o farmacêutico J . S. Rodrigues da Cunha:

Haí falle o illustre presidente das installações sanitárias para habitações pobres.

Vem agora o apello lembrarmos o que há tempos dissemos por estas mesmas columnas, ou seja, a apresentação de um projecto que isentasse de impostos o proprietário que construísse um certos numero de habitações modestas mais hygienicas.

A isenção de impostos pode ser por um certo tempo, bem como redigida de uma maneira ou mais suave possível a forma do pagamento em prestações da installação sanitária, sendo o fornecimento da água gratuito.

É a maneira que se nos depara de tornar-mos a nossa cidade habitada economicamente pela pobreza. ”⁽⁶⁹⁾

Como sugere o artigo acima, a pobreza representa uma contradição dentro do espaço urbano. Ao mesmo tempo em que é um mal necessário à burguesia , pois faz parte do exército de reserva de mão-de-obra, constitui-se em ameaça social se não for controlada. Contudo, esta dualidade representada pela pobreza deve ser escamoteada a partir de mecanismos que disponham esta parcela da população em espaços definidos e de forma adequada.

Nesta perspectiva, é possível perceber a proximidade destes discursos locais com as preocupações sanitárias no século XIX na Europa, onde a pobreza se apresentava como uma das maiores preocupações daquela sociedade, sendo necessário fazer uso de

⁶⁹ **A Tribuna**, Uberabinha: anno II, 16/01/1921, n.71, p.01.

instrumentos que a saneasse, como a Polícia Sanitária e a Medicina Social, também presentes na história de Uberabinha.

Um outro instrumento da classe burguesa foi a ideologia perpassada nos discursos na tentativa de impor uma nova realidade, ou seja, sobrepondo sua representação de mundo às demais que permeavam o tecido social. Neste sentido, Chauí nos alerta que: *(...) A prática e o discurso dominantes, como se sabe, estão encarregados de criar em todos os membros da sociedade o sentimento de que fazem parte dela da mesma maneira, e que a contradição não existe, ou melhor, a contradição deve aparecer como simples diversidade ou como diferentes maneiras, igualmente legítimas, de participar da mesma sociedade. As classes laboriosas e as classes dirigentes são apenas variantes do cidadão.*"⁽⁷⁰⁾

A distribuição dos espaços e das funções sociais no cenário urbano veio acompanhada de normas do que era lícito ou ilícito dentro de uma estrutura social, utilizando diversos mecanismos como estes relatados acima. Através desta ideologia, foi possível à burguesia tecer uma teia de significados sociais que contrariavam usos e costumes seculares. Neste viés, a apropriação dos discursos médicos – investidos de racionalidade e legitimados pela neutralidade da ciência – prestou-se, na verdade, enquanto instrumento de dominação de classe, uma vez que a burguesia se apropria destes discursos para legitimar suas práticas.

Nesta perspectiva, Chauí nos propõe que: *(...) A racionalidade científica, ao construir a objetividade, realiza a operação chamada determinação completa, pela qual uma realidade é convertida em objeto de conhecimento. Algo é conhecido objetivamente quando é possível dominá-lo inteiramente pelas operações do entendimento. A noção de objetividade está vinculada portanto, à idéia de poder: conhecer é exercer um poder, na*

⁷⁰ CHAUI, Marilena de Sousa. **cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.p.42.

medida em que conhecer é conhecer o objetivo.(...) Essa idéia de objetividade é inseparável da idéia de exercício da dominação. Esta aparece, inicialmente, como uma dominação exercida sobre o objeto do conhecimento, mas, na medida em que é objeto do conhecimento, nada mais é do que aquilo que foi elaborado no interior de uma prática social determinada (isto é, a prática científica), percebe-se como a ciência é trabalho de dominação.⁽⁷¹⁾

O discurso burguês disciplinador da ordem - de repúdio à ociosidade, de que a preguiça é a origem da pobreza e de todos os outros males sociais, de que o trabalho e o suor da frente de cada trabalhador é a única fonte de riqueza - encontra respaldo no discurso médico, uma vez que este, embasado na ciência, ao mesmo tempo em que reproduz, legitima o discurso progressista burguês, a ponto de sinonimizar “pobreza e doença” . No artigo que segue pode-se perceber em suas entrelinhas que as doenças são derivadas da pobreza, e como a burguesia se apropria dos discursos médicos sanitários, associando saúde à progresso:

“A indiferença com que o nosso povo recebe certas medidas a actos quer da nossa administração, quer da nossa política, quer de uns e outros associados, vem mais uma vez provar que somos umas grandes víctmas da ancylostomose, ou da preguiça.

As nossas fibras soffrem como que numa depressão que nos impede de raciocinar ou agir e só fazemos ou tarde ou torto. Todos nós temos as nossas lesões, e as nossas culpas, pois que, todos nós nos toleramos uns aos outros, poucas vezes, exercendo o direito de crítica que é, não raras vezes, contrariado em nosso imo para exteriorizarmos o contrário do que pensamos e sentimos.

Dahi o grande mal de não chegarmos nunca a um ponto de progresso satisfatório, quer moral, quer material, toleramos e acabou-se.

⁷¹ Idem. p.34

Ora, quem tolera prejudica-se. É como quem tolera um ferro em brasa e que acaba pôr se ver queimado, e mais: se tolera a queimadura sem assepsia ou corretivos acaba pôr se ver gangrenado e dahi a morte.

Um dos mais lindos conceitos citados no livro considerado o Evangelho do Direito, são os versos de Goethe, na segunda parte de Fausto, onde se diz que 'só deve merecer a liberdade e a vida quem para a conservar luta constantemente'.

Na vida moral não raro temos o exemplo da physica. Assim se aspoia que, 'quem anda de rastos como os seres nunca terá direito a queixar-se de que foi calçado aos pés'.

O nosso orgulho, pois, a nossa presumpção, os descasos para que temos para aquilo que devíamos olhar com apurada atenção, das duas uma - ou vem da ancylostomose ou da preguiça, cujo germe ainda não se pode descobrir.

O fato é que isso é a verdade incontestável dos factos e negá-la seria negar a porcentagem assombrosa que os exames do posto nos tem fornecido deste grande mal que também nos ataca.⁽⁷²⁾

Conforme este discurso, os costumes populares não concorreriam de forma positiva para anular as doenças, tais como anemia, opilação, vermes, doenças venéreas, entre outras que deveriam ser tratadas com prevenção, profilaxia e medicamentos alopáticos. Para tanto, corpos saudáveis e aptos ao trabalho seriam possíveis a partir da adoção dos preceitos médicos, que atestam os valores da sociedade burguesa, reafirmando a idéia de que doença é sinônimo de preguiça e esta contrária ao progresso.

Nesta perspectiva, a ciência médica teria como responsabilidade a missão de levar ao país a noção de progresso e, nesta empreitada, os discursos de higiene foram fundamentais para introjetar tais preceitos e valores. Os intelectuais assim viam o território nacional nas primeiras décadas do século XX:

⁷² Jornal **A TRIBUNA**, Ancylostomose ou Preguiça. Adolfo Macieira Uberabinha: 03/03/1921, anno II, n 82.

(...) Quando Olavo Bilac tocava a reunir as mocidades das escolas, pregando-lhe passagem obrigatória pela caserna como único meio de erguer este immenso paiz ao nível a que elle faz juz, pela sua cultura, pela sua riqueza, pela sua extensão, Miguel Pereira rodeado pelo que nos temos de mais selecto na sciência medica, proclamou na Academia de Medicina, que este paiz era um immenso hospital, onde a maioria da população, no interior, se quedava na maior idifferença, atacada pelo impalludismo, vencida pelo ankylostomiase, attingida pela doença de chagas numa impotência absoluta para lutar e vencer.⁽⁷³⁾

Estas falas fazem parte do primeiro relatório apresentado à Câmara Municipal pelo agente executivo J.S. Rodrigues da Cunha, e apesar deste achar as expressões de Miguel Pereira fortes e exageradas, concorda que esta perspectiva encena uma meia verdade incontestável, se fazendo necessário a criação de órgãos que zelasse pela saúde pública. Ainda neste mesmo relatório, Rodrigues da Cunha, demonstra as preocupações quanto a saúde local.

(...) Encarando, antes de tudo, a saúde pública como maior bem a zelar, julguei ser obra de patriotismo solicitar do governo estadoal, que neste afan deu as mãos ao governo federal, a creação de um posto de profilaxia neste município, e para isso lancei mão dos recursos de que podia dispor(...).

Quer me parecer que o serviço que o posto de profilaxia rural vai prestar a Uberabinha será enorme. Além de subordinar a esta cidade vários municípios, elle cuidará de todos os doentes de anquilostomíase, impaludismo, moléstia de chagas, morphéia, etc.

Cuidará dos serviços de higiene tão descuidados entre nós, exercendo neste meio uma inspecção permanente e activa sobre o exercício da medicina, de pharmácia e dos gêneros alimentícios, sendo que a Camara custeará apenas o aluguel do prédio para a installação do posto.⁽⁷⁴⁾

⁷³ **A Tribuna.** Uberabinha, 16/01/1921, anno II, n.71, p.01. J.S. Rodrigues da Cunha. Relatório apresentado à Câmara Municipal.

⁷⁴ Idem.

Nos discursos locais, o posto de profilaxia representa a higienização do espaço urbano e rural, onde a ciência, por intermédio da lei – uma vez que este se manteria pelos moldes do regulamento que o baixou por efeito de lei que rege este serviço no município, ou seja o Código de Postura Municipal. – passa a impor novos padrões culturais⁽⁷⁵⁾. Neste sentido, o posto de profilaxia representava um mecanismo de policiamento da sociedade, sendo que este passava a intervir diretamente no cotidiano popular, uma vez que determinava os meios de cura, estabelecendo normas para o exercício da medicina, farmacologia e quanto à alimentação pública, como no caso do Matadouro Público Municipal.

Por outro lado, os discursos da elite Uberabinhense se prontificavam a justificar os benefícios prestados por esta instituição:

(...)Não precisamos encarrecer as vantagens de nosso saneamento urbano e rural porquanto é thema batido hoje que o povo só é forte quando ao lado do cultivo intelectual, cuida seriamente da saúde que o torna apto para o trabalho donde o ditado ‘mens sona in corpore sano’(...). No posto serão tratados gratuitamente todas as moléstias endêmicas como impalludismo, uncinariose em geral, lepra, syphilis, tuberculose, estabelecendo-se uma profilaxia energética de modo a evitar o desenvolvimento desses males.

Por isso o posto adotará providências de caráter geral, que a Câmara transformará em leis, parecendo-nos que frearão affectas ao posto as atribuições que competiam aos delegados de hygiene.⁽⁷⁶⁾

Através deste discurso percebemos que o saneamento está intimamente ligado à positivação do trabalho, e que esta política não está centrada somente na questão da saúde

⁷⁵ As transformações culturais que este Código e o Posto insinuam à população local são questões discutidas no primeiro capítulo deste trabalho.

⁷⁶ **A Tribuna** Posto de Profilaxia. Uberabinha: 20/02/1921, anno II, n.76, p.03.

do corpo – cultivar hábitos saudáveis, como o reparo do sono e eliminar extravagâncias noturnas entre outros – mas, sobretudo, no que diz respeito à conduta social. Através das leis, são impostos à sociedade novos costumes onde o posto assume o papel de fiscalizador da sociedade, uma vez que este passa a possuir duas características básicas, a de saneador e de polícia sanitária. Vale dizer que o médico que o dirigia tinha o título de “Delegado de Higiene”.

A inauguração desta instituição foi marcada nas páginas da imprensa local como uma festa da ciência, na qual se afirmava que Uberabinha dispunha de recursos médicos gratuitos a toda população.

(...) O nosso discurso está engatilhado e não há de ficar no tinteiro para que todos que o ouvirem saibam que já temos meios de cura gratuitamente.⁽⁷⁷⁾

O posto de profilaxia representava, nas primeiras décadas do século XX, um grande avanço em direção ao progresso, no entanto, seus primeiros resultados, contradiziam toda a representação social de progresso construída sob a imagem desta cidade. Uberabinha - a cidade ordeira e progressista, de cidadãos laboriosos - conforme os resultados deste posto, na verdade estava infestada do germe da preguiça, a ancilostomíase estava presente em mais de 90% da população local. É possível perceber nos discursos da imprensa local o desencanto com estes números.

(...) Procuramos, imediatamente saber quais os resultados dos exames que já sabíamos já se ter feito no posto e grande foi a nossa desillusão em saber que 90% da nossa população conta a presença do ancylostomos.

No dia 2 (...) foram feitos 19 exames, sendo 16 positivos para ancylostomos: dia 3 mais 20 e poucos exames e no dia 4, 80 e poucos, sendo 70 positivos para ancylostomos.

⁷⁷ A Tribuna. Uberabinha, 27/02/1921, anno II, n.77, p.01.

(...) Além disso uma variedade que nunca foi observada nos outros postos, appareceu aqui, com surpresa para o microscopista e para o chefe do posto – ophisthorchissinninses (...).⁽⁷⁸⁾

Inaugurado no dia 06 de março de 1921, com direito à uma platéia numerosa e seletiva, Mineiro Lacerda, chefe do posto de profilaxia, proferiu uma conferência com demonstrações práticas à vista de todos. Dentre os oradores Agenor Paes (...) *referiu-se aos nomes de várias mentalidades medicas como salvadores desta imensa Pátria (...).* A imprensa, assim recebia o posto (...) *Neste dia, pois, Uberabinha a Rainha do Triângulo acaba de marcar com uma pedra branca, o facto mais elevado de sua história. Iniciando o saneamento de seu município, poderá repetir o célebre aphorisma latino mens sona in corpore sono daqui a muito breve tempo.*⁽⁷⁹⁾

Para sanear a cidade se fazia necessário, de acordo com alguns discursos proferidos na ocasião, adotar medidas profiláticas, como as fossas sanitárias – desconhecidas pela população Uberabinhense – o uso de calçados e princípios básicos de higiene, como lavar as mãos, entre outras. Com este objetivo, Mineiro Lacerda foi nomeado delegado de higiene do município, acumulando a chefia do posto de profilaxia e tornando-se uma das maiores autoridades médico sanitárias da cidade. A sua nomeação, de acordo com a imprensa, foi assim descrita:

(...) A nomeação do illustre funcçionário e homem de lettras não podia ser mais acertada e em melhor época, pois tendemos para um verdadeiro charlatanismo. Os aventureiros ignorantes já não se limitam a – enfrentando a nossa distincta classe médica, indicar raízes ou preparados, se não applicar ou formular e até intervir cirurgicamente sem nenhum assombro dos profissionais que cruzam os braços na cômoda posição de quem consente.

⁷⁸ **A Tribuna**, Uberabinha, 06/03/1921, anno II, n.78, p.57.

⁷⁹ **A Tribuna**, Uberabinha, 13/03/1921, anno II, n.79, p.01

Não estendemos, por certo, esta nossa censura aos lugares onde não existe uma classe medica como a de Uberabinha, nem tão pouco estamos defendendo interesses dessa classe. O que julgamos do nosso dever é por a salvo a saúde pública para não ver a vida do próximo tão menosprezada como até aqui(...)”(80)

Através destas falas, percebemos, no entanto, que o racionalismo científico sustentado pelo discurso médico não estava alheio ao universo do cotidiano popular uberabinhense, onde raízes, preparados, benzeções, chás, sangrias, entre outras intervenções cirúrgicas, estavam presentes no dia a dia dos habitantes dessa localidade.

Neste mesmo artigo, encontra-se claro que estas manifestações populares de cura estavam intensamente ligadas ao cotidiano de todas as cidades interioranas, devido à falta de facultativos que exercessem este ofício embasados na racionalidade. Entretanto, essas práticas encontravam (e encontram) respaldo junto à população, eram intrínsecas à cultura das pessoas que as praticam.

Para Elda Rizzo, a medicina popular é formada por um conjunto de práticas de cura que se modificam historicamente e entendê-la, a partir desta ótica, é o mesmo que pensar a sociedade em que ela se realiza. De acordo com a autora: (...) *a medicina popular está incorporada aos nossos atos concretos, quotidianamente vividos. (...) a medicina popular é uma prática de cura que oferece respostas concretas aos problemas de doenças e sofrimentos vividos no dia a dia. Ela aproxima e fortalece as relações sociais entre pessoas, já que pressupõe ajuda e solidariedade. Além disso, ela é uma medicina barata, próxima e acessível.*”(81)

Uma outra faceta desta prática cultural evidenciada pela autora é a resistência política que esta prática emana, uma vez que este modo de cura se coloca enquanto uma alternativa às opções oferecidas pela medicina tida como erudita. Neste sentido, salienta

⁸⁰ **A Tribuna:** Uberabinha. 27/03/1931, anno II, n.81, p.63.

⁸¹ OLIVEIRA, Elda Rizzo. O QUE É MEDICINA POPULAR. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.89.

Rizzo (...) *a medicina popular só pode ser estudada desta óptica, quando se considera que ela é parte de um processo histórico comum à sociedade brasileira como um todo. Nela podem ser localizadas as diferentes relações de poder existentes, bem como o modo como se expressa o enfrentamento de interesses políticos consolidados nestas relações.* ⁽⁸²⁾

Além de expressar os conflitos de classe, essa prática evidencia as estratégias de cura, criadas por circunstâncias cotidianas, em que “cientistas” populares, interagindo em meio a natureza, buscam respostas para suas aflições. Não obstante, esta prática é desacreditada pela medicina oficial, uma vez que esta se sustenta sob um conjunto de conhecimento, práticas e experiências singulares que não iam ao encontro das representações tecidas pelas elites locais.

Nesta perspectiva, Chauí afirma que: (...) *Na realidade, a imposição de um mesmo corpus de representações e de normas à sociedade exigem que os dominantes pensem e ajam autoritariamente para que o embute ganhe foros de verdade. O autoritarismo existe sempre e toda vez que as representações e normas, pelas quais os sujeitos sociais e políticos interpretam suas relações, sejam representações e normas vindas de um pólo ou de um lugar exterior à sociedade e situado acima dela.* ⁽⁸³⁾

Neste sentido, a medicina científica ao ser apropriada pela elite dominante, toma foros de verdade, passando ser utilizada enquanto um dos mecanismos do poder público, à medida que desqualifica conhecimentos e condutas populares, o que gera conflitos entre o saber “legítimo” (científico) e o saber popular, espaço em que a ciência tenta impor novos significados nas relações sociais.

⁸² Idem.p.10.

⁸³ CHAUÍ, Marilena. Op. Cit p.42.

A fim de se legitimar a prática médica erudita, tornou-se necessário a criação de instrumentos que desacreditassem a credibilidade nas práticas populares de cura. No intuito de desvendar este complexo universo, buscamos auxílio em Certeau que, ao dissertar à respeito da crença, nos afirma que: (...) *É preciso analisar-lhe a composição, pois há a pretensão de fabricá-la artificialmente. Ainda parcialmente o marketing comercial ou político está empenhado nisso. (...) Assim, a crença se retira de um mito e o deixa quase intacto, mas com destino diferente, transformando em documento. Durante este tráfico a convicção ainda ligado aos terrenos que ela aos poucos vai abandonando não seria capaz de combater os movimentos que a deslocam para outros lugares. Não existe equivalência entre os objetos que ainda conservam e aqueles que a mobilizam para outra parte.*⁽⁸⁴⁾

À luz destas elucidações de Certeau, temos a convicção de que os anúncios de artigos farmacêuticos e serviços médicos, tinham a intenção de forjar a crença na racionalidade e na Ciência. Na tentativa de embutir novos costumes à população, as propagandas vinculadas nos jornais locais objetivavam tecer uma teia de significados para que os produtos farmacêuticos encontrassem respaldo junto à mesma. Neste sentido, o autor pondera que: (...) *O saber e seus conteúdos se definem reciprocamente, e deste modo tentar captar alguns funcionamentos do crer e do fazer, crer nas formações políticas onde se desdobram, no interior deste sistema, as táticas permitidas pelas exigências de uma posição e pelas pressões históricas. Esse enfoque da atualidade pode distinguir aí os dois dispositivos pelos quais uma dogmática sempre se impôs à crença: de um lado a pretensão de falar em nome de um real que, supostamente inacessível, é ao mesmo tempo o princípio daquilo que é crido (...) De outro lado, a capacidade do discurso, autorizado por um 'real' para se distribuir em elementos organizadores de práticas, isto é, em 'artigos de fé'. Essas*

⁸⁴ CERTEAU, Michel. A INVENÇÃO DO COTIDIANO. ARTES DE FAZER. Petrópolis: Vozes, 1994. pp.279,281, 282.

duas forças tradicionais se acham hoje no sistema que combina com a narratividade da mídia – uma instituição do real – o discurso dos produtos de consumo – uma distribuição desse real em ‘artigos’ que se devem crer e comprar. ”⁽⁸⁵⁾

Assim, conforme os preceitos médico científicos, as propagandas de época serviram para dar uma credibilidade aos novos produtos que sanariam os males da população. Neste sentido, a ciência legitima a credibilidade nesses novos padrões, embutindo, de certa forma, a crença na racionalidade científica.

Observamos em diversos artigos a preocupação dos fabricantes com a legitimidade científica de seus produtos, pois, em sua grande maioria, nos anúncios, se fazia obrigatório a informação de que os mesmos eram aprovados pela Junta Sanitária do Rio de Janeiro, trazendo o número de seu certificado e a data de seu licenciamento. Observamos que apesar desta preocupação, em atestar a cientificidade, a grande maioria desses remédios tinham diversas utilidades, servindo mesmo como verdadeiros elixires milagrosos da ciência.

Apresentamos aqui alguns artigos que demonstram esta preocupação da indústria farmacêutica que se desenvolvia no país:

Asthma

O remédio do dr. Reyngate, notável Médico e Cientista Inglês, para a cura da Asthma, Dyspnéas, Influenza, Defluxos, Bronchites, Catarrhaes, Coqueluche, Toses rebeldes, cansaço, suffocação; é um medicamento de valor, composto exclusivamente de vegetaes, não é xarope, não contém ioduretos, nem morphina e outras substancias nocivas à saúde dos asthmáticos.

Vide os attestados e prospectos que acompanham cada frasco.⁽⁸⁶⁾

⁸⁵ Idem. p.286.

⁸⁶ **A Tribuna**, Uberabinha, 11/05/1922, anno III, n.143, p.05.

“ Elixir do Livramento:

Um medicamento extraordinário.

O mais poderoso de todos os depurativos até hoje conhecido, feito exclusivamente de vegetaes da flora brasileira, é o Elixir Livramento.

Só sofrerá quem quizer.

É o Elixir Livramento que faz andar os entrevados e que fortalece o organismo, tonifica o estômago e livra todas as moléstias que provém da impureza do sangue.

Approvado pela Directoria de Saúde Pública do Rio de Janeiro sob o número 1045 a 29 de setembro de 1919.

Cura radicalmente rheumatismo, gotta, dostros e todas as moléstias syphiliticas. Isso prova-se com milhares de attestados de illustres medicos, pharmaceuticos e pessoas curadas com este maravilhoso Elixir. É o Elixir Livramento que livra a humanidade de tão terríveis males.⁽⁸⁷⁾

Elixir Vital:

O grande restaurador das forças Elixir Vital.

Preparado pelo pharmaceutico Alvaro Caldeira.

Alimento de poupança.

Combate a anemia – Dá forças aos velhos – Anti-neurasthemico por excellencia.

Reconstituente geral dos systemas nervoso, osseo e muscular. Regulador do coração.

Tonico das molestias graves.

Este excellente preparado, composto de substancias inteiramente novas e de alto valor therapeutico, produz a cura radical de todos os casos de debilidade, tonificando o organismo e regularizando a circulação.

Sua acção tonico-muscular e diurético, torna-o de insetimável valor na Hypostenia com dilatação cardíaca, nas moléstias da bexiga e nas lesões reunes.⁽⁸⁸⁾

⁸⁷ **A Tribuna**, Uberabinha, 04/06/1922, anno III, n.142, p.03.

⁸⁸ **O Progresso**. Uberabinha: 10/11/1907, anno I, n.08, p.04.

Pelo volume de artigos como estes, veiculados pela imprensa local, certificamos que males como impaludismo, sífilis, corrimentos, verminoses entre outros, afligiam o cotidiano citadino e rural Uberabinhense. A presença destas doenças neste cenário nos leva a crer, portanto, que a promiscuidade masculina – no caso da sífilis e outras doenças venéreas – eram comuns, isto nos é confirmado pelos inúmeros artigos moralistas que combatiam a prostituição em Uberabinha. O costume dos homens em visitar os prostíbulos não era bem visto aos olhos das elites, pois este hábito noturno contradizia os discursos burgueses de que somente o sono reparador das forças poderia elevar a alavanca do progresso, ou seja, ‘mens sans in corpore sano’.

Nestes anúncios, percebemos a preocupação em se obter corpos saudáveis e aptos ao trabalho, no entanto, no cotidiano de Uberabinha a contradição apresentada na alta porcentagem de verminoses como a ancylostomose, demonstrada nos resultados do Posto de Profilaxia desta cidade, contradizia os discursos e representações que as elites locais tentavam forjar no imaginário social.

(...)É assombrosa a porcentagem de ancylostomose em nossa zona. Felizmente os seus habitantes vão compreendendo a necessidade de se apresentarem ao posto local sendo o mesmo visitado já por 1104 pessoas no período de 06 a 31 de março.

A porcentagem da verminose accusa a cifra assombrosa de 98%.

Apenas 22 exames foram negativos, tendo se gasto 1380 grammas de chenopodio e 28 kilos e 56 grammas de sal amargo.

Como se vê, as consultas do Posto foram uma média de mais de 44 pessoas por dia.⁽⁸⁹⁾

Apesar das medidas profiláticas tentarem criar um novo padrão de comportamento e conduta social na população, as contradições existentes na sociedade Uberabinhense

⁸⁹ **A Tribuna.** Uberabinha: 03/04/1921, anno II, n.82, p.01.

expressam os conflitos de classe presentes no cenário urbano. A vinda do Posto de Profilaxia, que significava uma proteção à classe médica – uma vez que este tinha por objetivo sanear e policiar as práticas médicas e farmacêuticas, garantindo às mesmas um predomínio ou monopólio deste mercado – na realidade não surtiu os efeitos desejados.

Inaugurado em março de 1921, o Posto de Profilaxia representava um avanço do racionalismo e do progresso nesta cidade. Seu diretor, vindo de Poços de Caldas era visto como uma autoridade que trazia os preceitos do progresso. Entretanto, quando este passa a competir com a classe médica local – ao aviar receitas e dar preferência à algumas farmácias – se inicia um série de conflitos, onde a imprensa local coloca em cheque a credibilidade do Posto, seu diretor e funcionários. Para ilustrar esta contenda, o seguinte artigo nos apresenta que:

Infelizmente o tão decantado serviço de prophylaxia rural e saneamento do interior é uma imensa ilusão, uma grande mentira com que o governo, de boa fé, talvez, engoda este pobre povo brasileiro, tão pacato nos seus costumes e afanoso na sua vida de trabalhos.

Creado para tão nobres objectivos os postos de prophylaxia rural desvirtuam-se dos seus fins, transformando-se freqüentemente em focos de sinecuras e bandalheiras.

Neste número está, incontestavelmente, o Posto de Uberabinha.

Dirigido por uma mullidade vulgar e cercado por um pessoal incompetente, o nosso posto representa, nesta cidade, apenas uma fita, e ,no entanto, com elle o governo gasta mensalmente não pequena somma, que seria melhor empregada em serviços de outra natureza.

Apesar dos algarismos avultados que annuncia, poucas ou quasi nullas, imperceptíveis mesmo, serão os casos de cura de ancylostomose operadas, cuja porcentagem de existencia neste município o diretor do Posto incompetentemente, publica tão elevada.

Duas outras moléstias, cuja, prophylaxia o governo quer fazer, como a malária, morphéa, e syphillis, o Posto não toma conhecimento, mas o seu

director particularmente atende os doentes que o procuram e cobra as receitas, sendo já inúmeras as contas que sua senhoria tem apresentado nesta cidade, apesar de lhe ser proibida pelo regulamento do serviço de saneamento a clínica particular.

Sua senhoria, entretanto, não conta com a passoca e nem teme responsabilidade porque é cunhado do Director da Hygiene do Estado e foi tirado de Poços de Caldas, onde nada fazia como médico, para chefiar o infeliz posto de Uberabinha.

Estamos armados de provas suficientes para o início de uma forte campanha contra os desmantelos desse esculapio ignorante, que a sociedade de Uberabinha, na sua boa fé, acolheu com carinhos e havemos de, em cada número deste jornal, mostrar o modo como sua senhoria corresponde ao acolhimento que aqui teve.⁽⁹⁰⁾

Passados sete meses de sua inauguração, o Posto profilático não tinha a mesma representação de avanços em direção ao progresso, nem a credibilidade que obteve no início de suas atividades. Mineiro Lacerda, ao clinicar nesta instituição pública, passa a competir com a classe médica local, motivo pelo qual é atacado e desacreditado. Este fato nos atesta a representação do público e do privado em nosso país, onde instituições do poder público são utilizadas com fins particulares como algo natural, no entanto, este caso se transforma em um dilema, à medida que este departamento se torna uma ameaça à clientela dos clínicos facultativos locais.

Os conflitos locais, motivados por questões relacionadas à saúde, estamparam os jornais da cidade e estiveram presentes em processos criminais. Estes embates, e como se constituía as práticas medicinais em Uberabinha, são discussões pertinentes ao nosso próximo capítulo.

⁹⁰ **A Tribuna.** Uberabinha: 18/09/1921. Anno III, n.105, p.01.

Página não encontrada no original.

CAPÍTULO III

NA CONJUNÇÃO DA CIÊNCIA E DO SABER POPULAR: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS.

Compreender as relações entre as práticas médicas alopáticas e populares é penetrar em um universo ambíguo, no qual manifestam diversas representações e construções de saberes. Estas são também práticas culturais que constituíram no cenário social a partir de grupos sociais que ao vivenciá-las como experiências concretas em seu cotidiano lhe que deram vida e sustentação.

Para desvelar estas experiências, expressas nos discursos que discriminam ou as legitimam enquanto práticas médicas se torna necessário historicizá-las para melhor compreendê-las.

A prática médica embasada no cientificismo e na razão foi edificada a partir dos últimos anos do século XVIII, (...) *Quando reflete sobre si própria, identifica a origem de sua positividade com um retorno, além de toda teoria, à modéstia eficaz do percebido (...)* *O rejuvenescimento da percepção médica, a iluminação viva das cores e das coisas sob o olhar dos primeiros clínicos não é, entretanto, um mito. No início do século XIX, os médicos descreveram o que, durante séculos permanecera abaixo do limiar do visível e do anunciável. Isto não significa que, depois de especular durante muito tempo, eles tenham recomeçado a perceber ou a escutar mais a razão do que a imaginação, mas que a relação entre o visível e o invisível, necessária a todo saber concreto, mudou de estrutura e fez aparecer sob o olhar e na linguagem, o que se encontrava aquém e além de seu domínio. Entre as palavras e as coisas se estabeleceu uma nova aliança fazendo ver e dizer, às vezes, em um discurso realmente tão ingênuo que parece se situar em um nível*

mais arcaico de racionalidade, como se tratasse de um retorno a um olhar finalmente matinal. ⁽⁹¹⁾

Nesta perspectiva, a medicina passa a ter respaldo científico a partir do momento em que alguns profissionais dessa área passam a exercer não só uma prática, mas também um discurso. Através deste mecanismo foi-lhes possível “apropriarem” das doenças e dos corpos enfermos, tendo a seu lado a racionalidade como instrumento de sua legitimação.

Entretanto, de acordo com Foucault, não foi somente o fato de adotar estas práticas o que contribuiu para legitimar a clínica, para o autor, o olhar teve uma participação fundante ao permitir reorganizar a experiência clínica. Este nos afirma que: (...) *O discurso racional... em sua presença obscura, mas prévia a todo saber, estão a origem, o domínio e o limite da experiência. O olhar está passivamente ligado a esta passividade primeira que a consagra à tarefa infinita de percorrê-la integralmente e dominá-la. (...) O olhar não é mais redutor, mas fundador do indivíduo em sua qualidade irreduzível. E, assim, torna-se possível organizar em torno dele uma linguagem racional. O objeto do discurso também pode ser um sujeito, sem que as figuras da objetividade sejam por isso alteradas. Foi esta reorganização formal e em profundidade, mais do que o abandono das teorias e dos velhos sistemas, que criou a possibilidade de uma experiência clínica: ela levantou a velha proibição aristotélica, poder-se-á, finalmente, pronunciar sobre o indivíduo um discurso de estrutura científica* ⁽⁹²⁾.

Esta análise nos possibilita compreender como se constituiu este saber empírico em que o olhar permitiu decodificar e expropriar dos corpos dos enfermos suas angústias, dores, sentimentos e percepções.

⁹¹ FOUCAULT, Michel. O NASCIMENTO DA CLÍNICA. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.p.X.

⁹² Idem.pp.XVI-XVIII.

A partir desse momento, os profissionais de saúde, que exercem esta prática baseando-se na cientificidade, expropriam seus pacientes de todo seu conhecimento, dotando-os a si, para que os procedimentos clínicos se realizem. Para este fim o (...) *olhar médico (...) se organiza de modo novo. Primeiramente, não é mais o olhar de qualquer observador, mas de um médico apoiado e justificado por uma instituição, o de um médico que tem poder de decisão e intervenção. Em seguida, é um olhar que pode e deve apreender as cores, as variações, as ínfimas anomalias, mantendo-se sempre à espreita do desviante. Finalmente, é um olhar que não se contenta em constatar o que evidentemente se dá a ver; deve permitir delinear as possibilidades e os riscos; é calculador.*⁽⁹³⁾

Este saber, ao institucionalizar-se, torna-se alheio à maior parte da população, o que possibilita extrair dos pacientes sentimentos e percepções. Formula-se um saber que normatiza as relações médico/pacientes por meio de dispositivos disciplinares. Neste momento não é mais o paciente quem tem o domínio dos sintomas de seu corpo, o médico já não pergunta: “_o que é que você tem ?” mas sim: “_ onde dói?”.

Para o controle deste conhecimento foi necessário a elaboração de um discurso sobre a doença, o que permitiu uma reorganização em profundidade dos conhecimentos e procedimentos médicos. A partir daí, o conhecimento registrado pelo desenvolvimento da clínica (...) *fazia de cada elemento percebido um acontecimento e da evolução incerta em que ele se encontra colocado uma série aleatória. Dava ao campo clínico uma nova estrutura, em que, o indivíduo posto em questão é menos pessoa doente do que fato patológico indefinidamente reprodutível em todos os doentes igualmente afetados; em que a pluralidade das constatações não é mais simplesmente contradição ou afirmação, mas convergência progressiva e teoricamente indefinida, em que, finalmente, o tempo não é*

⁹³ Idem, pp.100-101.

elemento de imprevisibilidade, que pode mascarar e que é preciso dominar para um saber antecipador, mas uma dimensão da integrar, visto que traz em seu próprio curso os elementos da série como graus de certeza. Com a importação do saber probalístico, a medicina renova inteiramente os valores perceptivos de seu domínio: o espaço onde devia se exercer a atenção do médico tornava-se um espaço ilimitado, constituído por elementos isoláveis, cuja forma de solidariedade era da ordem da série.⁽⁹⁴⁾

Mesmo assim, outros autores nos apontam que a medicina ainda é um conhecimento indiciário, e que não impossibilita a medicina científica, por estar embasada na racionalidade, de cometer alguns equívocos. Para Guinzburg, a medicina é algo conjectural, uma vez que o seu conhecimento se sustenta nas experiências empíricas. É expropriando do paciente os sintomas das doenças que a partir de hipóteses, o médico passa a trabalhar. Nesta perspectiva ele afirma que (...) *Apesar dos progressos realizados, seus métodos mostravam-se incertos, e os resultados, dúbios(...). As razões da “incerteza” da medicina pareciam ser fundamentalmente duas. Em primeiro lugar, não bastava catalogar todas as doenças até compô-las num quadro ordenado: em cada indivíduo, a doença assumia características diferentes. Em segundo lugar, o conhecimento das doenças permanecia indireto, indiciário: o corpo vivo era, por definição, inatingível. (...) Talvez só no caso da medicina a codificação escrita de um saber indiciário tenha dado lugar a um verdadeiro enriquecimento (...). Ao longo do século XVIII, a situação muda. Há uma verdadeira ofensiva cultural da burguesia, que se apropria de grande parte do saber indiciário, e não indiciário, de artesãos e camponeses, codificando e simultaneamente, intensificando um gigantesco processo de aculturação (...)*⁽⁹⁵⁾.

⁹⁴ Idem.p.110.

⁹⁵ GUINZBURG, Carlo. MITOS, EMBLEMAS E SINAIS. MORFOLOGIA E HISTÓRIA. 3ª ed., São Paulo: Cia das Letras, 1999. p.167.

O mesmo autor, em sua obra *O queijo e os vermes*, nos demonstra que as relações entre patamares culturais diferentes estão circulando e se reelaborando constantemente no interior das sociedades. Nesta perspectiva, vale lembrar o papel da imprensa escrita, pois as pessoas só assimilam produtos ou valores quando estes têm um significado dentro de seu universo cultural.

Neste sentido, torna-se indispensável o apontamento feito por este autor quanto à importância da imprensa livreira ao afirmar que (...) *Para um número sempre crescente de leitores, o acesso a determinadas experiências torna-se cada vez mais mediado pelas páginas dos livros.*⁽⁹⁶⁾ Com este objetivo, os almanaques foram utilizados para introjetar outros modos de cura e comportamentos colocando no mercado produtos a ser comercializados.

No Brasil diversos foram os impressos que, apoiados em um “conhecimento científico,” fizeram marketing dos seus produtos. Na Uberabinha do começo do século não poderia ser diferente, de forma que esses livretos foram descritos pela imprensa indispensáveis, caracterizando estas publicações como úteis, interessantes e de muito proveito às famílias e ao público.

(...) Distribuída gratuitamente, de porta em porta, por todas as casas desta localidade, tal publicação é o Almanach D'a Saúde da Mulher para 1921. A leitura deste Amanach constitue, para todos, simultaneamente um passatempo e uma utilidade.

É uma utilidade ler-se o Almanach D'a Saúde da Mulher, porque elle encena uma porção de informações não só necessárias como sobretudo indispensáveis à vida diária das famílias. Assim, além dos Kalendários, previsões do tempo, phases da lua, etc, o almanach traz importantes escriptos ensinando os meios de deffender a saúde contra várias enfermidades.

⁹⁶ Idem.p.68.

(...) Por elle as senhoras aprenderão a tratar-se e a curar-se de todas as doenças do útero e dos ovários. E terão a oportunidade de ler os mais expressivos attestados de diversas senhoras enfermas que ficaram boas com o uso D'a Saúde da Mulher, o excelente remédio das flores brancas, das cólicas uterinas, das menstruações dolorosas, das dores no útero e nos ovários, das anemias e dos reumatismos.

(...) Como curar outras doenças:

(...) O almanach é igualmente útil para todos que prezam a sua saúde. Assim os que soffrem de tosse e todas as doenças do peito.

(...) Outrós, finalmente, - os que forem atingidos pela flagelo da syphilis, - aprenderão que o depurativo Lyra é um excellente remedio para o tratamento da suyphilis e de todas as impurezas do sangue.

Quem não recebeu o almanach o encontrará gratuitamente em qualquer pharmacia.⁽⁹⁷⁾

Estes almanaques expressavam os interesses das indústrias farmacêuticas que se projetavam no cenário nacional. Calendários, “causos”, fases da lua, eram assuntos pertinentes ao cotidiano das pessoas e tratados nestes livretos. A leitura era realizada diariamente, de forma que os leitores assimilassem os preceitos expressos em suas páginas. Uma vez pequenos, os textos não traziam um excesso de informações, o que permitia uma maior assimilação das instruções presentes nos mesmos, o que possibilitaria a introdução de produtos farmacêuticos nos hábitos populares.

Não só os almanaques foram utilizados desta forma, produtos como a Emulsão Escott e a pomada Minâncora, entre outros, ficaram no imaginário popular permanecendo, ainda hoje, entre os líderes de venda das grandes indústrias farmacêuticas.

⁹⁷ – Almanach da Mulher. **A Tribuna**. Uberabinha: 16/01/1921, anno II, n.71, p.05.

As propagandas destes produtos refletiam interesses e preocupações da sociedade local, como a proteção da infância ao álcool, já que o alcoolismo representava uma contradição aos valores burgueses. Neste sentido, a indústria farmacêutica atestava que :

Não tomeis remédios alcoolicos.

O álcool sempre produz um estímulo illusório, mais afinal faz mais mal do que bem.

Para fortalecer-vos, tomae:

Emulsão de Scott.

Incomparável como remédio e como alimento. ⁹⁸⁾

Através destes anúncios, os remédios alopáticos induziam os preceitos da sociedade burguesa ao afirmar que o álcool é um produto nocivo à saúde, uma vez que o mesmo degenera a saúde humana. Estas recomendações contradiziam algumas práticas populares de cura, como as garrafadas ou preparados produzidos por curadores ou benzedores, que, partindo da mistura de álcool e ervas e raízes, manipulavam parte de seus medicamentos.

Ainda pela imprensa local se evidencia a preocupação com as crianças, em relação a este tipo de tratamento.

É um crime dar álcool às creanças, quereis vel-as fortes, sadias e bonitas?

Arseniodiem

Quereis livral-os do rachitismo, anemia, fraqueza dos ossos, etc? Não tem álcool que é veneno. Não tem óleo que prejudica o estômago. O vosso médico dirá o que vale o Arseniodium.

Patente n.º.15.732 – Aprovado pela Saude Publica sob n.º.1437

Depositário: Rodrigues da Cunha – Uberabinha ⁹⁹⁾

⁹⁸ Emulsão de Scott. **A Tribuna**, 04/06/21, anno III, n.142, p.02.

⁹⁹ **A Tribuna**. Uberabinha: 04/06/1922, anno III, n.142, p.03.

Através deste artigo, nota-se a preocupação com corpos saudáveis, com futuros trabalhadores aptos aos mais diversos trabalhos – físicos ou mentais. Com estes interesses, os produtos manufaturados eram legitimados pela ciência, encontrando nas mais diversas localidades representantes seus que tentavam legitimar estas práticas no seio da população, como é o caso do senhor Rodrigues da Cunha que representava estes interesses em Uberabinha. Proprietário da Farmácia Espírito Santo, situada à praça da Independência, comercializava, manipulava e aviava receitas, além de diversos outros produtos da indústria farmacêutica, como atesta o anúncio de seu comércio:

Completo sortimento de objectos de borracha, óculos, pince-nez, perfumarias, fundos, drogas, productos chimicos e pharmaceuticos, homeopatia, etc.

Aviamento de receitas a qualquer hora do dia ou da noite com asseio, promptidão e excepcional modicidade de preços.

Vendas a varejo e por atacado⁽¹⁰⁰⁾

Os anúncios locais o qualificava enquanto um agente de uma Indústria Farmacêutica que ainda dava seus primeiros necessitando ser corroborada pelo conhecimento médico institucionalizado.

Attesto em fé do meu grão, que tenho empregado na minha clínica diversos productos da Pharmacia e Drogaria Espírito Santo, de Uberabinha, do pharmaceutico chimico Sr, Rodrigues da Cunha, com brilhantes resultados.

Entre os diversos preparados deste conceituado estabelecimento devo assignalar: as Pílulas Espírito Santo, especificadas no tratamento das febres palustres, também chamadas maleitas, mesmo nos casos rebeldes; o elixir de Salma, magnífico preparado para as afflições de natureza syphilitica, tendo a vantagem de possuir sabor agradável e não irritar o aparelho digestivo; thimolina que exerce acção bastante efficaz no tratamento da ankylostomiase, vulgarmente conhecida pelo nome de amarellão.

¹⁰⁰ O Progresso. Uberabinha, 13/10/1907, anno I, n.04, p.5.

Devo finalmente mencionar a magnífica pomada Maravilhosa, com acção prompta e segura contra feridas agudas ou chronicas.

Os produtos da Pharmacia e Drogaria Espírito Santo merecem-me toda confiança e sempre que houver oportunidade empregal-os hei na minha clinica.(...)⁽¹⁰¹⁾

A inserção de Rodrigues da Cunha neste mercado nos revela seu empenho – enquanto agente executivo – na vinda de um Posto de Profilaxia e uma Delegacia de Higiene nesta localidade, instituições estas que controlariam e dinamizariam o comércio, além de reprimirem outras práticas médicas que não estivessem sedimentadas na racionalidade científica. No entanto, apesar destas estratégias de marketing e dos esforços da polícia sanitária, as práticas populares de cura ainda se constituíam em empecilho junto à classe médica local, e fazendo-se necessário, portanto, desacreditá-las, pois estas não faziam parte do mundo da ciência.

Nas primeiras décadas do século XX, na pequena Uberabinha, os conflitos relacionados a estes atores sociais foram assuntos de calorosos debates nas portas dos comércios, bares e farmácias, onde cada um defendia seu ponto vista.

Estes embates nos proporcionam resgatar sujeitos sociais esquecidos pela memória oficial, como no caso dos profissionais populares de cura. Vale dizer que os fragmentos de seu passado nos chegam distorcidos através de artigos de jornais e processos criminais, nos quais suas percepções e visões de mundo nos alcançam através de representações vinculados pelos editoriais da imprensa ou pela versão dada pelos condutores dos processos criminais. Mesmo que suas representações de mundo nos cheguem distorcidas,

¹⁰¹ Armando Araripe. Atestado. **A Tribuna**. Uberabinha: 04/01/1920, anno I, n.17, p.34.

contraditórias e complexas, se torna imprescindível resgatar parte desta memória relegada pela história oficial.

Para esta tarefa, conseguimos localizar nos Processos Crimes e na Imprensa de época alguns conflitos entre os profissionais de cura populares e facultativos. Entre estes, escolhemos trabalhar apenas um que nos apresenta uma intrigante trama de poder político, onde a justiça é utilizada para desqualificar um profissional de cura por suas convicções políticas.

Este caso evidencia sua importância à medida em que envolve questões econômicas, políticas, e culturais, como se observa pela narrativa que se segue:

Aos nove de outubro de 1914 tem início o processo em que é indiciado José Marra de Castro por exercer o ofício de curandeiro, denunciado pelo farmacêutico J.S. Rodrigues da Cunha à Promotoria Pública que assim outorgou a denúncia ao Ministério Público.

“ O promotor de justiça da Comarca, no cumprimento do seu dever, vem perante V.Ex^o. denunciar a José Marra de Castro pelo facto criminoso seguinte:

Reside nesta cidade o denunciado acima, José Marra de Castro que, conforme se verifica dos documentos juntos, prescreve para uso interno e externo substâncias dos diferentes reinos da natureza, exercendo assim o officio do denominado curandeiro, recebendo pelas prescrições que foi, remuneração em dinheiro. Assim sendo commete o denunciado o crime do artigo 158 do Código Penal. Para que seja punido (...) se offerece a presente denuncia.”⁽¹⁰²⁾

Este processo é instaurado a pedido da Directoria de Hygiene do Estado de Minas Gerais, a partir da denuncia do presidente da Câmara Municipal, J.S. Rodrigues da Cunha, enviada ao Secretário do Interior do Estado de MG, na pessoa do Sr. Zoroastro Alvarenga.

¹⁰² Processo s/n. Ação Criminal. “Curandeirismo” v.l José Marra de Castro, Uberabinha, 09/10/1914, p.02, Processo que se encontra no Acervo do Cdhis.

(...) Se acham exercendo indevidamente a profissão de médicos nesta cidade o Sr. José Marra de Castro e D. Maria dos Santos Couto, indivíduos profundamente ignorantes e que abusando da falta de delegado de hygiene neste município, constituem um verdadeiro perigo para a saúde pública. Documentando esta minha denuncia, junto algumas prescrições dos mesmos e rogo a V.Exa. encarecidamente providenciar com a máxima ernergia, para que cesse semelhante abuso numa cidade onde existem muitos médicos e boas pharmácias.. ⁽¹⁰³⁾

Entretanto, sabemos que a documentação oficial não retrata com fidelidade e confiabilidade a relação entre o saber médico institucionalizado e o popular, mas também não pode ser descartada, porque nos conduz aos padrões oficialmente detectados.⁽¹⁰⁴⁾

Os documentos oficiais não apresentam as falas do acusado – José Marra de Castro que propiciem suas percepções sobre o assunto. – no entanto, as testemunhas, envolvidas neste caso traçam representações divergentes a dos poderes constituídos. Como testemunhas deste caso foram convocados os seguintes senhores.

1º. Belchior Borges

2 º. Francisco dos Santos

3º. Amador Esteves Naves

4º. Phº. João Severiano Rodrigues da Cunha

5º. Jovelino de Freitas Costa

Entre estes, com exceção do testemunho do farmacêutico Rodrigues da Cunha, todos atestam não ter pagado nenhum tipo de remuneração ao acusado pelos serviços

¹⁰³ Denúncia do Presidente da Câmara J.S. Rodrigues da Cunha à Directoria de Hygiene do Estado de MG. N.35, Uberabinha 18/09/1914 In: Processo s/n. Ação Criminal. “Curandeirismo” v.I José Marra de Castro, Uberabinha, 09/10/1914, p.04, Processo que se encontra no Acervo do Cdhis.

¹⁰⁴ PAIXÃO, Luis Antonio. Crimes e criminoso em Belo Horizonte, 1932/1978. In: **CRIME, VIOLÊNCIA E PODER**. São Paulo: Brasiliense, 1983. pp.18-19.

prestados. Entretanto, por algum motivo a 5ª. testemunha se retirou da cidade para o interior de Goiás, sendo necessário outra testemunha. Martinho da Fonseca e Silva, com quarenta e nove anos de idade, lavrador residente em Uberabinha, o substituto da 5ª.

Testemunha declarou que:

(...) em agosto ou setembro o denunciado prescreveu para a esposa do depoente medicamentos para uso interno; que a esposa do depoente procurou o denunciado para fim de lhe indicar medicamentos visto há muito tempo ser o denunciado quem presta tais serviços a família do depoente que morava na roça longe de outros recursos; que o denunciado nunca exigiu remuneração alguma em dinheiro; que o depoente conhece (sic) como sendo a prescrição feita pelo denunciado para sua esposa a que se acha a folhas cinco dos autos. Dada a palavra ao denunciado por seu advogado as suas perguntas respondem que ignorava e que della aufera lucros, e se o denunciado indicou remédios para sua família foi devido a amizade que mantém.⁽¹⁰⁵⁾

Estas falas nos permitem refletir a importância desses profissionais à população de baixa renda, uma vez que a medicina popular se caracteriza por se apresentar enquanto uma opção de baixo custo e de fácil acesso. Esta prática diferentemente das práticas científicas, circula uma outra visão de mundo, de doença, de organismo, de saúde. Esta visão é próxima ao universo das experiências da população que a consome. A medicina popular devolve aos seus consumidores a possibilidade de uma relação pessoal e humana de cura.⁽¹⁰⁶⁾

Nesta perspectiva, Machado observa que a existência e persistência desse saber se apoia nas necessidades das famílias mais carentes, para quem a “medicina popular” se constituiu como uma alternativa da população de baixa renda, face a dificuldade de acesso

¹⁰⁵ Processo s/n. Ação Criminal. “Curandeirismo” v.I José Marra de Castro, Uberabinha, 09/10/1914, p.28 verso, Processo que se encontra no Acervo do Cdhis.

¹⁰⁶ Cf. OLIVEIRA, Elda Rizzo, Op. Cit, p.14

à medicina de ponta, bem como os preços abusivos dos remédios alopáticos. Conforme Machado: *“As práticas culturais da medicina popular estão entranhadas de misticismo e religiosidade. Elas são antes de qualquer coisa, práticas sociais de grupos que experimentam no seu cotidiano as agruras da vida, são a prova da luta do homem contra as suas próprias limitações, em um mundo ilimitado.”*⁽¹⁰⁷⁾

Estas idéias se sustentam em Certeau, permitindo perceber as crenças no saber médico popular como “táticas de sobrevivência” dos despossuídos e explorados frente às estratégias de poder, ou seja: *Acreditar na cura, no milagre, garante ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico. E contra a lógica do capital se impõe a crença em um “dom”, o de curar, estabelecendo uma rede social de solidariedade e reciprocidade, compreendida como uma “tática desviacionista”. Responder as perdas numa economia de lucro, crendo na magia ritual da cura pode ser uma forma de astúcia dos que estão submetidos às estratégias do poder.*⁽¹⁰⁸⁾

A partir dessa perspectiva, para os despossuídos, recusar a ordem natural do mundo em que vivem, buscando no mundo sobrenatural soluções para seus problemas, seria uma astúcia que daria lógica ao caos em que vivem. Esta astúcia é constatada também nas práticas médicas cotidianas populares nas quais se utilizam arruda como abortivo e contra mal olhado e o barbatimão para simular virgindade. Desta forma, se percebe as recusas e resistências aos valores e comportamentos instituídos pela sociedade do trabalho. Prova disso é a resistência deste saber popular à modernidade.

Entretanto, as instituições vinculadas ao poder público desacreditavam as práticas que não estivessem engendradas dentro da perspectiva científica. Para reprimir estas

¹⁰⁷ Cf MACHADO, Maria Clara T. **CULTURA POPULAR E DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS: CAMINHOS CRUZADOS DE UM MESMO TEMPO (1950/1985)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. pp. 235

¹⁰⁸ CERTEAU, Michel. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.85

práticas as leis foram utilizadas no intuito de transformar as relações sociais. Neste sentido, Rizzo nos aponta que : *“As leis de uma sociedade são um espelho, um reflexo claro e direto do que é esta sociedade. Numa sociedade medicalizada como a brasileira, todo aquele que, com o seu trabalho popular de cura, desafiar a medicina erudita poderá se ameaçado. Sobretudo, se deste enfrentamento nascerem questionamentos incômodos ou prejuízo para a medicina erudita”*.⁽¹⁰⁹⁾

Contudo divergimos um pouco da perspectiva de Rizzo. Não entendemos que as leis sejam o espelho de uma sociedade. Em nossa concepção acreditamos que em uma sociedade de classes – como a burguesa – as leis expressam os interesses da classe dominante. Porém, estas determinações ou atribuições, dessa ordem dominante, despendidas sob forma de lei, não são vivenciadas por todos os segmentos da comunidade – Existem leis que não encontram legitimidade perante a população (as famosas leis que “não pegam”). Entre elas se situam aquelas que reprimiam e desqualificavam os praticantes populares de cura.

Retomando a autora, esta nos afirma que, *como uma forma específica e produzir curas, a medicina popular é parte da história concreta de determinados grupos sociais, sobretudo migrantes. Ela se constitui numa das expressões vivas - do ponto de vista político e cultural – de sua sobrevivência na cidade e da luta constante entre os dominadores e dominados. (...) Ao constituir-se como uma prática feita na sua maioria por sujeitos subalternos, pessoas humildes do povo, no ato de realizar-se, eles criam um modo próprio de sentir e de pensar as suas necessidades e estratégias. Eles criam e recriam um aspecto importante da cultura popular: o de produzir curas e o de tornar vivas*

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Elda Rizzo, Op.cit , p.59.

e sólidas as relações entre as pessoas,”⁽¹¹⁰⁾ ao contrário das práticas médicas institucionalizadas.

Retomando o processo criminal, outra face deste confronto pode ser percebida no depoimento de Rodrigues da Cunha, o único depoente que, ao que parece, não vivenciava as práticas populares de cura, e o único a alegar que o indiciado recebia remuneração ao exercer tais práticas médicas. Em defesa do réu:

(...) Dada a palavra ao senhor Dantas, promotor de Justiça às suas perguntas, respondeu a testemunha que ignora ter denunciado José Marra de Castro outra profissão que não seja a arte de curar e passa a tirar proventos para subsistência e de sua família.(...)⁽¹¹¹⁾

Acreditamos, no entanto, que esta representação não seja totalmente equivocada, pois em uma sociedade como a de Uberabinha em princípios deste século, capital em forma de pecúlio não deveria ser corrente em meio a população. Os profissionais de cura possivelmente recebiam em forma de agrados, produtos produzidos nos quintais como frangos, porcos, farinha, arroz, feijão, o que caracteriza uma trama de solidariedade entre esta parcela da população que buscavam nestas práticas, respostas para as agruras de seu cotidiano, do qual a medicina popular fazia parte.

Entretanto os confrontos não tinham unicamente, como causa, as questões econômicas, como nos atesta o Jornal Paranyba⁽¹¹²⁾:

Os nossos adversários, aqueles que fazem parte da grey do Sr. Pharmaceutico Rodrigues da Cunha, já se habilitaram por tal forma a fazer da justiça e da polícia instrumentos das suas perseguições políticas e de seus interesses inconfessáveis, que se não podem mais corrigir e perseveram na feia culpa

¹¹⁰ Idem. pp.14.15

¹¹¹ Processo s/n. Ação Criminal. “Curandeirismo” v.I José Marra de Castro, Uberabinha, 09/10/1914, p.32 verso, Processo que se encontra no Acervo do Cdhis.

¹¹² Importante salientar que este acontecimento e seus desdobramentos não foram encontrado nas páginas de outros jornais que circulavam na época. O jornal Paranyba fazia oposição a facção da elite dominante.

(...) Noticiamos que o Sr. dr. secretário do interior mandara instaurar processo contra dois de nossos municípios; podemos hoje completar a informação, assegurando que o acto visa o nosso prezadíssimo amigo e prestigioso correligionário, sr. Capitão José Marra de Castro e a nossa patricia, Exma D. Maria dos Santos Couto, competente parteira(...)

Eis a representação para a qual pedimos as vistas attenciosas dos nossos leitores, que verificarão de quanta coisa é capaz o Sr. Pharmaceutico Rodrigues da Cunha, no empenho da perseguição política.

Não recua ante o crime e as mais clamorosas injustiças, convertendo os deveres do seu cargo em offício de malfetor.⁽¹¹³⁾

Conforme o editorial deste jornal:

(...) "A denúncia a V. Exa. Surpreendeu aos suplicantes, por ser um acto arrogante e miserável perseguição política, querendo o denunciante servir-se da autoridade de V.Exa, e da acção da justiça para mal fazer aos seus adversários políticos."⁽¹¹⁴⁾

A personalidade de Rodrigues da Cunha assim é descrita por este artigo do Jornal Paranayba:

" Autoritário e violento, compreendendo mal seus deveres, quer que não haja opposição à sua grey partidária e está lançando mão de processos os mais deploráveis para perseguir aos seus adversários."⁽¹¹⁵⁾

Neste número do Jornal Paranayba, o editorial nos aponta que a instauração do processo se dá pelo seguinte motivo: na ocasião da campanha Hermes Wenceslau nos anos de 1909 e 1910, Rodrigues da Cunha, civilista rubro, passa a injuriar pelos jornais os governos da União e dos Estados. No entanto, José Marra de Castro era chefe de uma

¹¹³ A Perseguição Política. **Jornal Paranayba**. Uberabinha: 18/10/1914, n.9, anno I, p.1.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem. Vale ressaltar que Cônego Pezzuti faz uma descrição parecida em sua obra.

grande família, e Maria dos Santos Couto matriarca de outra, que se apresentavam rivais políticos de J.S. Rodrigues da Cunha.

O Sr. Rodrigues da Cunha teve por isso a explosão de ódios e recorreu ao braço de V.Ex^a para fazer mal ao suplicante, que só tem o crime de ser adversário do denunciante.”⁽¹¹⁶⁾

As justificativas apresentadas por este jornal, contrapõem às representações apresentadas pelos poderes instituídos, traçando um quadro em que o atendimento médico é precário:

*(...)O Sr. Rodrigues da Cunha se dirigiu a V.Ex^a. como Agente Executivo, á quisa de buscar rerimir o exercício ilegal da medicina
A população de Uberabinha orça por 15.000 almas na cidade e nas fazendas .*

Há na cidade, com residência firmada, três médicos, que aliás constantemente viajam ausentando-se.

A população se vê, assim dispondo de um número insignificante de facultativos, que não podem attender às solicitações dos que padecem moléstia.

Na cidade, os que dispõem de meios pecuniários recorrem aos médicos e são attendidos; em regra, porém, a pobreza fica ao desamparo, já porque não pode pagar os serviços dos clínicos, já porque elles se não hão de desdobrar.

Nas fazendas, a situação é ainda peor. Em tal emergência, sendo a necessidade lei suprema, grande parte do município, à míngua de recursos, se vale dos conhecimentos práticos de pessoas que, pelas licções da experiência, adquiriram noções que os habilitam a ser úteis ao próximo, num lance diffícil, quando a necessidade impõe os seus serviços.

E por isto, o Exmo.Sr, que no município de Uberabinha, como em todas as zonas do sertão, há os chamados – práticos, cujos serviços, á carência de outros recursos, se fazem necessários. E nem a lei poderia commetter a crueza

¹¹⁶ Idem.

de impor que, faltando a assistência médica, fossem os doentes votados ao desamparo e condenados a morrer à míngua.⁽¹¹⁷⁾

A falta de um número significativo de facultativos, e a relação estabelecida entre estes e seus pacientes, não proporcionava o acesso de boa parte da população aos serviços clínicos destes profissionais. Outra constatação pertinente feita por este editorial é a de que:

Exercem a medicina em Uberabinha, sem ser legalmente habilitadas, as seguintes pessoas:

Major Bernardo Cupertino, chefe de numerosa família, antigo práctico de pharmácia, director do periodico Progreso e commerciante. Faz visitas aos seus doentes, examina e dá receitas aos que o procuram em sua residência, goza de confiança de seus clientes, que se contam a centenas e é, talvez, o médico de maior clínica em Uberabinha.

O Sr. Major Bernardo Cupertino, que aliás presta valiosos serviços aos que recorrem aos seus conhecimentos, foi denunciado pelo Sr. Rodrigues da Cunha? Não. Por que? Porque é seu correligionário político, membro da assembléia deliberativa do seu partido(...) Adolpho da Fonseca e Silva, 2º. suplente do Delegado de Polícia de Uberabinha, práctico de pharmacia, empregado do senhor Rodrigues da Cunha, exerce a medicina, sem estar legalmente habilitado, e faz applicações de injeções e hypodermicas. E o sr. Adolpho da Fonseca e Silva, de cuja medicina illegal, o sr. Rodrigues da Cunha tem pleno conhecimento, foi por elle denunciado? Não. Por que? Porque é seu correligionário e serviçal político.

Ora, se assim é, o sr. Rodrigues da Cunha distingue entre correligionários e adversários; logo é auctoridade prevaricadora e venal.

Manoel Ribeiro Vasconcelos, fazendeiro neste município, attendendo às necessidades de seus vizinhos, exerce a medicina sem habilitação legal.

E foi denunciado pelo Sr. Rodrigues da Cunha? Não. Por que? Porque é seu correligionário, membro da assembléia deliberativa de seu partido(...).

¹¹⁷ Idem.

No districto de Santa Maria, neste município existe uma pharmácia cujo pharmaceutico não é legalmente habilitado”⁽¹¹⁸⁾.

Este artigo nos aponta que Rodrigues da Cunha era quem manipulava a maior parte das receitas aviadas por estes práticos, mesmo nos Autos do Processo deste caso todas as testemunhas manipularam suas receitas em sua drogaria, o que o jornal questiona é que se este estivesse empenhado em combater tais práticas não deveria manipular tais receitas.

Ainda aponta que:

(...) Deve, pois, ser entregue a justiça, para se libertar a sociedade de sua influência nefasta, deletéria e perniciosa. Em face do exposto e com os fundamentos arrazoados, os supplicantes pedem a V.Exa.

1. Que se digne providenciar para que não sofram novas persiguições, feitas pelas polícia local, de que o Sr. Rodrigues da Cunha dispõe livremente;

2. Que se digne providenciar para que uma auctoriade policial, bacharel em direito ou militar, seja mandada para esta cidade, para que tenhamos uma auctoridade imparcial e recta.

3. Que se digne mandar abrir inquéritos para se apurar a verdade das allegações dos supplicantes.

Pedem Justiça⁽¹¹⁹⁾.

Nesta relação entre os dois saberes se percebe uma circularidade e apropriação entre ambos. Como salienta Rizzo: *não são os profissionais populares de cura que definem ou afirmam politicamente, na sociedade, o que eles mesmos são e o que eles fazem. Aliás, eles não estão preocupados em fazer isto. Eles produzem o seu ofício. Vivem-no na sua condição e plenitude. Constróem a sua história no estreito espaço em que*

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem.

podem fazê-lo. A sua identidade é vivida de dentro da sua cultura, e, mais particularmente, da sua categoria profissional, mas é afirmada politicamente de fora. ”⁽¹²⁰⁾.

Como fim desta contenda, percebemos através dos Autos do Processo que José Marra de Castro foi absolvido por exercer este ofício sem remuneração, uma vez que, com exceção de Rodrigues da Cunha, todas as testemunhas atestam que o mesmo não recebeu nenhum meio pecuniário pelos serviços prestados.

¹²⁰ OLIVEIRA, Rizzo. Op.Cit , p.63.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relativas às práticas médicas em nossa sociedade são cada vez mais pertinentes ao presenciarmos uma ausência de uma política pública de saúde, que atenda aos anseios da população em geral.

O que se presencia é um abrangente processo de sucateamento da saúde pública, abrindo um enorme campo para as empresas privadas que a cada dia crescem em nosso país. Este processo, em um sociedade como a nossa, onde a distribuição de renda se apresenta como uma das mais desiguais do mundo, impossibilita a maior parte da população em ter acesso aos tratamentos e procedimentos terapêuticos oferecidos por estas instituições.

Esta situação de caos vivenciada pela saúde pública, permite que antigas tradições rurais permeiam o tecido urbano, à medida em que estes segmentos sociais desprovidos dos recursos instituídos e legitimados enquanto científicos, buscam outras alternativas para lhes sanarem os males. Esta precariedade permite um refazer constante das experiências populares.

Machado, nos possibilita perceber: *a crença nas artes curativas da medicina teológica das benzeções* [ainda ressaltamos as práticas empíricas como garrafadas, sangrias entre outras que] *podem ser interpretadas, como propõe Certeau, como táticas de sobrevivência dos despossuídos e explorados frente às estratégias do poder. Para ele, contra a lógica do capital, se impõe a crença em um "dom", o de curar, estabelecendo uma rede social de solidariedade e reciprocidade, compreendida como uma "tática desviacionista"*.

Responder as perdas numa economia de lucro, crendo na magia ritual da cura, pode ser uma forma de astúcia dos que estão submetidos às estratégias do poder⁽¹²¹⁾.

A partir desses pressupostos podemos perceber nas manifestações populares múltiplas formas de resistências das quais a medicina popular faz parte. O relacionamento dos indivíduos que fazem uso dessas práticas nos permite observar a presença de mundos paralelos que dão sentido à vida dessas pessoas. Esta dualidade se apresenta de duas maneiras, na concretude do seu cotidiano de opressão e miséria e em outro plano o dos milagres e curas que desfazem as injustiças sociais a que estão submetidos. A estrutura desta representação sedimenta-se na crença, o que permite aos despossuídos, resistirem à ordem instituída, caracterizando esta prática popular como uma das possíveis formas de resistência.

Nesta perspectiva, não podemos entender tais práticas como experiências que tão somente encontram sedimentação em antigas tradições do passado, estas são expressões da vida cotidiana das pessoas que dela fazem uso e, de acordo com a autora citada acima, não são apenas simbologias de um tempo e espaço, mas sim práticas culturais que devem ser pensadas no presente e no plural.⁽¹²²⁾

Nosso trabalho, no entanto, apenas avistou a ponta de um iceberg, que Guinzburg assevera que: *a história das relações entre medicina culta e medicina popular ainda está por ser escrita*⁽¹²³⁾. Nossa pesquisa se apresenta como um pequeno passo em direção a esta complexa teia de significados tecida por estes saberes.

No decorrer dos últimos meses buscamos compreender a legitimidade e o processo de descridibilidade vivenciado pela medicina popular e erudita. A proposta inicial deste trabalho tinha inúmeras pretensões, como perceber a figura do Jeca Tatu – personagem de

¹²¹MACHADO. Maria Clara T. Op.Cit., 1998. p.236.

¹²²Idem. pp.06-08

¹²³GUINZBURG. Carlo. Op.Cit. p.167.

Monteiro Lobato – na posituação do trabalhador nacional, a influência dos discursos e práticas médicas neste processo, a justiça enquanto instrumento de classe que permite desacreditar as práticas populares, entre outras questões que, no entanto, não foram possíveis de se aprofundar e desenvolver. Porém, tais questões fazem parte de uma outra futura história que pretendemos escrever.

FONTES

CDHIS – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA/INSTITUTO DE HISTÓRIA/UFU

Pezzuti, Cônego Pedro. **MUNICÍPIO DE UBERABINHA. HISTÓRIA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ECONOMIA.** Uberabinha, 1922.

PEREIRA, Antonio. **ACIUB 50 ANOS TRABALHANDO COM AMOR.** Uberlândia: SABE, s/d.

Relatórios da Irmandade de Misericórdia 1908/1909. Uberabinha: 1916.

Processo s/n. Ação Criminal. “Curandeirismo” v.I José Marra de Castro, Uberabinha, 09/10/1914

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL

PERIÓDICOS

A TRIBUNA. De 1919 a 1924

O PROGRESSO. De 1907 a 1908

LEGISLAÇÃO

Posturas Municipais. Código de 1903 e de 1912.

Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha de 1903

ARQUIVO PESSOAL

ESTADO DE MINAS, Gerais Saúde, 23/04/2000

FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Especial Butantã FIOCRUZ 100 Anos. 06/09/2000

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. In: **HISTÓRIA & PERSPECTIVAS**, Uberlândia: UFU, 1991

ARANTES, ANTÔNIO AUGUSTO. **O QUE É CULTURA POPULAR**. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1990.

BAKHTIN, MIKHAIL. **A CULTURA POPULAR NA IDADE MÉDIA E NO RENASCIMENTO: O CONTEXTO DE FRANÇOIS RABELAIS**. SÃO PAULO: HUCITEC/UNB, 1993.

BORDIEU, PIERRE. A IDENTIDADE E A REPRESENTAÇÃO. ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A IDÉIA DE REGIÃO. IN.: **O PODER SIMBÓLICO**. LISBOA: DIFEL, 1989.

BOSI, Antonio de Pádua. Conflitos Sociais na Constituição do Espaço: São Pedro de Uberabinha na década de 1890. In: **HISTÓRIA & PERSPECTIVAS**. Uberlândia: UFU, n.18/19, 1998.

CAMARGO, MARIA THEREZA LEMOS DE ARRUDA. **MEDICINA POPULAR**. SÃO PAULO: ALMED, 1985.

CÂNDIDO, ANTÔNIO. **PARCEIROS DO RIO BONITO**. SÃO PAULO: DUAS CIDADES, 1982.

CASCUDO, LUIZ DA CÂMARA. **DICIONÁRIO DO FOLCLORE BRASILEIRO**. BELO HORIZONTE: ITATIAIA/SÃO PAULO: EDUSP, 1988.

CERTEAU, MICHEL. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO**. RIO DE JANEIRO: VOZES, 1994.

CHARTIER, R. **A HISTÓRIA CULTURAL**. LISBOA: DIFEL, 1990.

COSTA, JURANDIR FREIRE. **ORDEM MÉDICA E NORMA FAMILIAR**. 2ª ED., RIO DE JANEIRO: GRAAL, 1983.

FOUCAULT, MICHAEL. **VIGIAR E PUNIR: HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NAS PRISÕES**. 11ª ED., PETRÓPOLIS: VOZES, 1994.

_____. **O NASCIMENTO DA CLÍNICA**. 5ª ED., RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITÁRIA, 1998.

GINZBURG, CARLO. **MITOS, EMBLEMAS, SINAIS: MORFOLOGIA E HISTÓRIA**. SÃO PAULO: CIA DAS LETRAS, 1989.

_____. **A MICRO-HISTÓRIA E OUTROS ENSAIOS**. LISBOA: DIFEL, 1991.

_____. **O QUEIJO E OS VERMES: COTIDIANO E AS IDÉIAS DE UM MOLEIRO PERSEGUIDO PELA INQUISIÇÃO**. SÃO PAULO: CIA DAS LETRAS, 1987.

GOMIDE, LEILA REGINA SCALIA. **ÓRFÃO DE PAIS VIVOS. A LEPROSA E AS INSTITUIÇÕES PREVENTÓRIAS NO BRASIL: ESTIGMAS, PRECONCEITOS E SEGREGAÇÃO**. SÃO PAULO: USP, 1991, (MESTRADO/FFLCH).

- GOUBERT, PIERRE. HISTÓRIA LOCAL. IN.: **HISTÓRIA & PERSPECTIVAS**. UBERLÂNDIA: EDUFU, n.º 06, 1992.
- HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE. **POLÍTICA DA NATUREZA**. SÃO PAULO: CIA DAS LETRAS, 1994.
- LUZ, MADEI TEREZINHA. SAÚDE E INSTITUIÇÕES MÉDICAS NO BRASIL. IN.: **SAÚDE E MEDICINA NO BRASIL, CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE**. 4ª ED., RIO DE JANEIRO: ED. GRAAL, 1984.
- LUZ, MADEI TEREZINHA. **MEDICINA E ORDEM POLÍTICA BRASILEIRA: POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES DE SAÚDE (1850 – 1930)**. RIO DE JANEIRO: ED. GRAAL, 1982.
- MACHADO, MARIA CLARA T. **A DISCIPLINARIZAÇÃO DA POBREZA NO ESPAÇO URBANO BURGUEZ: ASSISTÊNCIA SOCIAL INSTITUCIONALIZADA (UBERLÂNDIA-1965 A1980)**. SÃO PAULO: USP, 1990, (MESTRADO/FFLCH).
- _____. MACHADO, MARIA CLARA TOMAZ. **CULTURA POPULAR E DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS: CAMINHOS CRUZADOS DE UM MESMO TEMPO (1950/1985)**. SÃO PAULO: USP, 1998, (DOUTORADO/ FFLCH).
- _____. MACHADO, ROBERTO. **DANAÇÃO DA NORMA: A MEDICINA SOCIAL E CONSTITUIÇÃO DA PSIQUIATRIA NO BRASIL**. RIO DE JANEIRO: GRAAL, 1978.
- _____. MACHADO, M.C. Tomaz & RODRIGUES, J. Fátima. Habitação; um dos maiores problemas sociais de Uberlândia. In: **BOLETIM CDHIS**, Uberlândia, UFU, n.11, ano 7, 1994.
- OLIVEIRA, ELDA RIZZO. **O QUE É MEDICINA POPULAR**. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1984.
- _____. **O QUE É BENZEÇÃO**. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1985.
- PAIXÃO, LUIZ ANTÔNIO. CRIMES E CRIMINOSO EM BELO HORIZONTE, 1932 – 1978. IN.: **CRIME, VIOLÊNCIA E PODER**. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1983.
- PRIORI, ANGELO. HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL: MÉTODOS E FONTES. IN.: **REVISTA PÓS-HISTÓRIA**. ASSIS: UNESP, VOL. 2, 1994.
- RODRIGUES, JANE DE FÁTIMA. HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL: PROBLEMAS TEÓRICOS E PRÁTICOS. IN.: **HISTÓRIA & PERSPECTIVA**. UBERLÂNDIA: EDUFU, n.º 16/17, 1997.
- _____. Jane de Fátima. Nas Sendas do Progresso: trabalho e disciplina Uberlândia um percurso histórico. In: **CADERNOS DE HISTÓRIA ESPECIAL**. Uberlândia/UFU, vol.4, n.4, 1993.
- RODRIGUES, JOSÉ CARLOS. **O TABU DO CORPO**. 4ª ED., Rio de Janeiro: Ed. Dois Pontos, 1986.
- SALLES, Iraci Galvão. **TRABALHO, PROGRESSO E A SOCIEDADE CIVILIZADA**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SAMUEL, RAFAEL. HISTÓRIA LOCAL E HISTÓRIA ORAL. IN.: **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**. SÃO PAULO: ANPUH/MARCO ZERO, VOL. 09, n.º 19, SET. 89/FEV. 90.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: anotações sobre seu crescimento urbano. In: **CADERNOS DE HISTÓRIA ESPECIAL**. Uberlândia:UFU, vol.4, n.4, 1993. p.51.

VAINFAS, RONALDO. DA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES À HISTÓRIA CULTURAL. In.: **REVISTA HISTÓRIA**. SÃO PAULO: UNESP, VOL. 15, 1996.